

# SEMINÁRIO: PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES E O PARLAMENTO

## 1. ESTADO

**Moreno, Nahuel.** *“As revoluções do Século XX”, 1984*

“A definição precisa de Estado, de regime político e de governo é de importância decisiva para o partido marxista revolucionário porque esse é o terreno da ação política.

O partido quer alcançar uma sociedade sem classes nem exploração, a nível mundial, para que a humanidade progrida, haja fartura para todos, não haja guerras e se conquiste a plena liberdade. Para conseguir isso, luta para expropriar o imperialismo e os grandes exploradores, acabar com as fronteiras nacionais e conquistar uma economia mundial planificada, a serviço das necessidades e do desenvolvimento da espécie humana.

Mas o partido não atua diretamente sobre as forças produtivas: não desenvolve novas ferramentas, ou técnicas, ou setores produtivos. Também não pode atuar diretamente sobre a estrutura social: não expropria por conta própria a classe capitalista. O partido atua na política, na superestrutura. Luta para chegar ao governo e, a partir daí, destruir o estado capitalista, ou seja, quer destruir as instituições governamentais burguesas. Quer o poder político assumido pelas instituições democráticas da classe operária. Quer construir, em cada país onde triunfe a revolução, um catado operário forte, que ajude a revolução a triunfar nos demais países.

A partir do governo desse estado operário, quer planificar a economia, formando federações com os outros estados operários, para fazer avançar as forças produtivas. A partir desse estado operário, quer revolucionar o sistema social, eliminando a propriedade burguesa dos meios de produção, a nível nacional e colocar o estado a serviço dessa tarefa, a nível mundial. E só depois de liquidar a resistência da classe capitalista no mundo todo, esses estados operários ou federações de estados operários começarão a desaparecer e, com eles, também desaparecerão o estado e o partido.

Até então, os problemas de Estado, de regimes políticos e de governos são questões essenciais da política do partido marxista revolucionário internacional e nacional, porque é nesse terreno que se concentra a atuação do partido revolucionário e a de seus inimigos: os partidos burgueses, pequeno-burgueses e burocráticos.

### **O surgimento do Estado**

Até a Revolução Russa, o Estado foi sempre o órgão de domínio político dos exploradores sobre os explorados. Ao contrário do que nos ensinam na escola, não é algo neutro, imparcial, que protege toda a sociedade, todos os habitantes.

O Estado defende a classe ou setor que explora o resto da sociedade. Por isso, o elemento mais importante, fundamental, de qualquer estado, são as forças armadas. Sem elas,

nenhum setor ou classe exploradora - que sempre é minoria - poderia impor sua vontade às classes exploradas, que são sempre maioria.

Quando a sociedade humana não estava dividida entre exploradores e explorados não havia Estado.

Na *selvageria* e na *barbárie*, havia divisão de tarefas para as funções ou necessidades não diretamente produtivas. Os feiticeiros administravam as crenças. Os chefes ou caciques dirigiam as guerras. Havia também organizações específicas como, por exemplo, as de jovens ou adolescentes.

Na selvageria, essas funções e divisões de tarefas eram mais fluidas, ao passo que na barbárie, ao se superar a etapa nômade, com o estabelecimento de aldeias, tornaram-se mais sólidas e permanentes. Mas em nenhum caso configuraram instituições de um estado. Não é uma divisão de trabalho dentro da tribo, propiciando privilégios econômicos, nem é permanente. Não acontece que uns se dediquem exclusivamente e para sempre a trabalhar, e outros exclusiva e permanentemente a chefiar. Todos trabalham e todos podem chefiar. É uma divisão natural do trabalho, relacionada às capacidades individuais. O melhor guerreiro é o chefe, mas nem por isso deixa de trabalhar. E esse chefe será indicado ou substituído, a qualquer momento, pela assembleia da tribo. O chefe não possui o monopólio das armas; nas assembleias, levam suas lanças todos os homens da tribo.

É assim porque nessa sociedade *não havia exploração*, isto é, a tribo não se dividia entre uma parte majoritária, que trabalhava, e outra minoritária, que não trabalhava e ficava com o melhor. Existia sim, opressão. Os adultos oprimiam os jovens e crianças. Precisamente por isso trata-se de opressão e não de exploração: quando cresciam eles se libertavam.

Também existia, em muitos casos, opressão do homem sobre a mulher e uma divisão natural do trabalho: a mulher cuidava das crianças e o homem guerreava e caçava. Por isso as mulheres nunca tinham armas. Mas não existiam castas nem, muito menos, classes. Isto é, *não existia um setor de homens, mulheres e crianças da tribo que não trabalhava, e outro setor que trabalhava. Por isso mesmo, não existia Estado.*

O Estado apareceu há uns seis ou oito mil anos, na sociedade asiática. Em qualquer sociedade, cujo modo de produção se fundamenta na irrigação, aparece os administradores das águas e seus seguidores armados. Se for bem pequena será um administrador auxiliado por dois guerreiros. Se for muito grande, veremos os enormes aparatos de milhares de funcionários ou burocratas especializados. Mas em qualquer caso, apresentam um traço distintivo: as armas já não estão nas mãos de toda a sociedade, e sim do Estado. E as decisões não são tomadas por nenhuma assembleia da população, e sim pelo Estado.

O Estado surge então, acima de tudo, como *a organização de que se dota uma casta, que aparece pela primeira vez no regime asiático, uma casta especializada na administração, controle e condução da vida social: a burocracia*. Surgem grupos de homens privilegiados, que monopolizam as tarefas que anteriormente eram feitas pela tribo, democraticamente. Na tribo se administrava justiça, se ensinava e se lutava, com a participação de todos. As armas eram de todos. A partir do surgimento do estado e da sociedade asiática, as castas cumprem essas tarefas. *Essas castas organizadas serão as burocracias com suas organizações, as instituições.*

Em linhas gerais, essas instituições e burocracias continuaram sendo quase as mesmas ao longo da história. A burocracia que controla e administra a fé do povo são os sacerdotes, organizados na Igreja. A que administra o ensino são os professores; suas instituições são as escolas, colégios e universidades. Os burocratas que defendem o Estado dos ataques externos

são os militares, organizados nos exércitos. Os que administram a repressão interna são os agentes e oficiais, cuja instituição é a polícia. Os que administram a justiça são os juízes e seus empregados. Finalmente, há os que administram o próprio estado, cobrando os impostos e cumprindo todas as tarefas necessárias para que o aparato governamental funcione.

Na sociedade *escravista*, ao surgirem as classes sociais, o Estado assume o seu caráter atual, definido por Marx: *o de instrumento para que a classe exploradora imponha sua ditadura sobre as classes exploradas*. Continua sendo um aparato conformado por instituições que organizam as diversas burocracias, segundo a função que cumprem. Mas, agora, já é um Estado classista, é a ferramenta de uma classe social para manter as relações de propriedade e de produção, ou seja, uma dada estrutura de classes.”

\*\*\*

**Lenin, V.I. “O Estado e a Revolução, 1917**

### **“1. O Estado é produto do antagonismo irreconciliável das classes**

(...)

Começamos pela mais vulgarizada das obras de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada, e do Estado*, cuja sexta edição apareceu em Stuttgart, em 1894. Traduziremos os nossos extratos do original alemão, porque as traduções russas, embora numerosas, são, em sua maior parte, incompletas ou muito defeituosas.

Resumindo a sua análise histórica, diz Engels:

*“O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, ‘a realidade da ideia moral’, ‘a imagem e a realidade da Razão’ como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da ‘ordem’. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado”.*

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis.

É precisamente sobre esse ponto de importância capital e fundamental que começa a deformação do marxismo, seguindo duas linhas principais.

De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o Estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, semeadas em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram (...).

Assim, na revolução de 1917, quando a questão da significação do papel do Estado foi posta em toda a sua amplitude, posta praticamente, como que reclamando uma ação imediata das massas, todos os socialistas-revolucionários e todos os mencheviques, sem exceção, caíram, imediata e completamente, na teoria burguesa da "conciliação" das classes pelo "Estado". Inúmeras resoluções e artigos desses políticos estão profundamente impregnados dessa teoria burguesa e oportunista da "conciliação". Essa democracia pequeno-burguesa é incapaz de compreender que o Estado seja o órgão de dominação de uma determinada classe que não pode conciliar-se com a sua antípoda (a classe adversa). A sua noção do Estado é uma das provas mais manifestas de que os nossos socialistas-revolucionários e os nossos mencheviques não são socialistas, como nós, os bolcheviques, sempre o demonstramos, mas democratas pequeno-burgueses de fraseologia aproximadamente socialista.

Em Kautsky<sup>1</sup>, a deformação do marxismo é muito mais sutil. "Teoricamente", não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto do caráter irreconciliável das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta" da sociedade. Esta conclusão teoricamente clara por si mesma tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante veremos, da análise histórica concreta dos problemas da revolução. E foi precisamente essa conclusão

---

<sup>1</sup> Kautsky, Karl (1854-1938): Dirigente e teórico da socialdemocracia alemã e fundador da II Internacional. Enfrentou as posições revisionistas de Bernstein na década de 1890. Girou para posições reformistas anos depois. Frente à Primeira Guerra Mundial, adotou uma posição primeiramente pacifista, e depois, social chauvinista. Em 1917 fundou junto com Hilferding e Otto Bauer o Partido Socialdemocrata Independente, se opondo abertamente à Revolução de Outubro e à ditadura do proletariado e advogando pela via parlamentar. Por esta razão foi combatido por Lenin em "*A Revolução proletária e o renegado Kautsky*". Em 1922 retornou ao Partido Socialdemocrata.

que Kautsky "esqueceu" e desvirtuou como demonstraremos detalhadamente no decurso da nossa exposição.

## **2. Força Armada separada, prisões etc**

Contrariamente à antiga organização patriarcal (da tribo ou do clã) - continua Engels - o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos súditos segundo o território.

Essa divisão nos parece "natural", mas representa uma longa luta com a antiga organização patriarcal por clãs ou famílias.

*“O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada. Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes... Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu”.*

Engels desenvolve a noção dessa "força" que se chama Estado, força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Em que consiste, principalmente, essa força? Em destacamentos de homens armados que dispõem das prisões, etc.

Temos o direito de falar em destacamentos de homens armados, porque o poder público próprio a cada Estado "já não corresponde diretamente" à população armada, isto é, à sua "organização espontânea em armas".

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels esforça-se por atrair a atenção dos trabalhadores conscientes para o que a medíocre pequena burguesia dominante considera menos digno de atenção, mais banal, consagrado por preconceitos não apenas resistentes, mas, pode-se dizer petrificados. O exército permanente e a política são os principais instrumentos do poder governamental. Mas, poderia ser de outra forma?

Para a grande maioria dos europeus do fim do século XIX, aos quais Engels se dirige e que não viveram nem observaram de perto nenhuma grande revolução, não poderia ser de outra forma. Não compreendem de maneira alguma o que seja a "organização espontânea da população em armas". De onde vem a necessidade de corpos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), separados da sociedade e superiores a ela? Os filisteus da Europa ocidental e da Rússia respondem, muito naturalmente, a essa pergunta, por uma ou duas frases colhidas em Spencer<sup>2</sup> ou em Mikhailovsky, e alegam a complicação crescente da vida social, a diferenciação das funções sociais, etc.

---

<sup>2</sup> Spencer. Herbert (1820-1903): Filósofo inglês e um dos representantes do liberalismo clássico. Admirador de Charles Darwin. Procurando aplicar as leis da evolução nas atividades humanas, coube a ele a expressão "sobrevivência do mais apto".

Essas alegações parecem "científicas" e tranquilizam admiravelmente o bom público, obscurecendo o principal, o essencial: a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas.

Se essa cisão não existisse, a "organização espontânea da população em armas" se distinguiria certamente, por sua complexidade, por sua técnica, etc., da organização primitiva de um bando de macacos armados de cacetes, ou da de homens primitivos ou associados em clãs, mas seria possível.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teoricamente a questão que, na prática, toda grande revolução põe diante de nós em plena evidência e na escala da ação das massas, ou seja, a questão das relações entre os destacamentos "separados" de homens armados e a "organização espontânea da população em armas". Veremos essa questão evoluir na experiência das revoluções europeias e russas.

Mas, voltemos à exposição de Engels.

Ele mostra que o poder público é, às vezes, fraco - por exemplo, em certas regiões da América do Norte (trata-se - exceção bem rara na sociedade capitalista - de certas regiões em que, antes do período imperialista, predominava o colono livre), mas, em geral, o poder público aumenta:

*“O poder público se reforça à medida que se agravam os antagonismos de classe no interior e à medida que os Estados contíguos se tornam mais fortes e mais populosos. Basta considerar a Europa atual, onde a luta de classes e a competição às conquistas têm aumentado o poder público a tal grau que ameaça absorver toda a sociedade e até o próprio Estado.”*

Essas linhas foram escritas, quando muito, pouco depois de 1890. O último prefácio de Engels tem a data de 16 de junho de 1891. A evolução para o imperialismo, caracterizada pela dominação absoluta dos trustes, pela onipotência dos grandes bancos, pela política colonial em grande escala, etc., mal começava na França e era ainda mais fraca na América e na Alemanha. Desde então, a "competição às conquistas" deu um passo gigantesco, a ponto de o globo terrestre, mais ou menos em 1910, achar-se definitivamente partilhado entre os "conquistadores rivais", isto é, entre as grandes potências espoliadoras. Os armamentos terrestres e marítimos aumentaram em enormes proporções e a guerra de rapina de 1914-1917, que devia acarretar a hegemonia universal da Inglaterra ou da Alemanha e repartir o despojo, quase levou a uma catástrofe completa a "absorção" de todas as forças sociais pela voracidade do poder governamental.

Engels soube, já em 1891, denunciar a "competição às conquistas" como um dos principais traços, características da política exterior das grandes potências, ao passo que os malandrins do social-patriotismo, em 1914-1917, depois que essa rivalidade centuplicada

gerou a guerra imperialista, disfarçam a sua solicitude pelos interesses espoliadores da "sua" burguesia com frases sobre a "defesa nacional", a "defesa da República e da Revolução", etc.!

### 3. O Estado, instrumento de exploração da classe oprimida

Para manter um poder público separado da sociedade e situado acima dela, são necessários os impostos e uma dívida pública.

Escreve Engels:

*“Investidos do poder público e do direito de cobrança dos impostos, os funcionários, considerados como órgãos da sociedade, são colocados acima da sociedade. O respeito livre, voluntário, de que eram cercados os órgãos da sociedade patriarcal (do clã) já lhes não bastaria, mesmo que pudessem adquiri-lo.*

*Fazem-se leis sobre a "santidade" e "inviolabilidade" dos funcionários. "O mais insignificante agente de polícia" tem mais "autoridade" que os representantes do clã; mas, o chefe militar de um país civilizado poderia invejar um chefe de clã, que a sociedade patriarcal cercava de um respeito "voluntário e não imposto pelo cassetete".*

Surge, agora, a questão da situação privilegiada dos funcionários como órgãos do poder público. O ponto essencial é este: que é que os coloca *acima* da sociedade? Veremos como esta questão teórica foi resolvida praticamente pela Comuna de Paris<sup>3</sup> em 1871, e confundida por Kautsky, em 1912, com o emprego de um processo reacionário.

*“Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada.*

*Não só o Estado antigo e o Estado feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, como também: O Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto,*

---

<sup>3</sup> Comuna de Paris: Considerada a primeira experiência de ditadura do proletariado na história. Napoleão III, imperador da França, havia sido derrotado por Bismarck, primeiro ministro da Prússia, na batalha de Sedan, em 1870, episódio final da guerra franco-prussiana.

A derrota foi humilhante e levou à queda do Segundo Império e ao advento da Terceira República na França. A crise econômica aumentou o descontentamento social. Por outro lado, a capitulação do novo governo republicano às exigências da Alemanha seguia, colocando os operários na oposição. A tentativa de Thiers de desarmar a resistência foi considerada um ato de traição provocando uma insurreição popular. Thiers e seu governo foram obrigados a fugir para Versalhes. Os operários tomaram o poder e governaram Paris durante 72 dias (18 de Março a 28 de Maio de 1871). Isolada, depois de uma encarniçada resistência, a Comuna foi esmagada pelo governo de Thiers em aliança com os alemães. Mais de 20 mil comunardos morreram em combate ou foram executados e outros 70 mil exilados para a Guiana francesa.

*períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio de forças, que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas.*

*Tais foram a monarquia absoluta dos séculos XVII e XVIII, o bonapartismo do primeiro e do segundo Império na França, e Bismarck<sup>4</sup> na Alemanha.”*

(...)

#### **4. O "desaparecimento" do Estado e a revolução violenta**

As palavras de Engels sobre o "desaparecimento" do Estado gozam de tal celebridade, são tão frequentemente citadas, põem tão bem em relevo o fundo da falsificação oportunista do marxismo, que é necessário examiná-las detalhadamente. Citaremos toda a passagem de onde são extraídas:

*“O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se toma, finalmente, representante efetivo da sociedade inteira, então se torna supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a soberania de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam - não haverá mais nada a reprimir, e, um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário.”*

O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o

---

<sup>4</sup> Bismarck, Otto von (1815-1898): Primeiro ministro prussiano entre 1862 e 1873. Responsável pela unificação da Alemanha sob a hegemonia da Prússia. Antes havia a Confederação Germânica composta de 39 ducados sob a hegemonia da Áustria. Com a unificação, a Alemanha deu um salto em sua industrialização passando a ameaçar a hegemonia da Inglaterra.

Um passo decisivo para a unificação da Alemanha foi a guerra franco-prussiana (1870), que forçou a unidade da Confederação para derrotar a França. Com a unificação, Bismarck se tornou o primeiro Chanceler - “Chanceler de Ferro” - do II Reich (império) entre 1873-1890, primeiro depois do Sacro Império Romano-Germânico.

último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tomando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido": morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de "Estado livre do povo", tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro.

Sem receio de erro, pode-se dizer que, de todo esse raciocínio de Engels, de uma notável riqueza de pensamento, só resta, nos partidos socialistas de hoje, como verdadeira aquisição do pensamento socialista, a fórmula de Marx, segundo a qual o Estado "morre", contrariamente à doutrina anarquista da "abolição" do Estado. Amputar assim o marxismo é reduzi-lo ao oportunismo, pois que, depois de tal "comentário", não fica senão a concepção de uma transformação lenta, igual, progressiva, sem sobressalto nem tempestade, sem revolução. A "extinção" do Estado, na concepção corrente, espelhada nesse "comentário", é a mais grosseira deformação do marxismo em proveito exclusivo da burguesia, deformação baseada teoricamente na omissão das principais circunstâncias e considerações indicadas, nas conclusões de Engels, que acabamos de citar por extenso.

1. Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, "por esse meio, abole o Estado como Estado". "Não se costuma" aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente esse pensamento ou se vê nele uma espécie de "fraqueza hegeliana" de Engels. Na realidade, essas palavras significam, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais detalhadamente no lugar que lhe compete. De fato, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o desaparecimento e a "morte" do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não "morre"; é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que morre depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.

2. O Estado é "uma força especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa "força especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "força especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a "abolição do Estado como Estado". É nisso que consiste o "ato" de posse dos meios de produção em nome da sociedade. Consequentemente, essa substituição de uma "força especial" (a da burguesia) por outra "força especial" (a do proletariado) não pode equivaler para aquela a um "desaparecimento".

3. Esse "desaparecimento" ou, para falar com mais relevo e cor, essa "letargia", coloca-a Engels, claramente, no período posterior ao "ato de posse dos meios de produção pelo Estado, em nome da sociedade", posterior, portanto, à revolução socialista. Todos nós sabemos que a forma política do "Estado" é, então, a plena democracia. Mas, nenhum dos oportunistas, que impudentemente desvirtuam o marxismo, concebe que Engels se refira à "letargia" e à "morte" da democracia. À primeira vista, parece estranho; mas, só é incompreensível para quem não reflete que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá

quando o Estado desaparecer. Só a revolução pode "abolir" o Estado burguês. O Estado em geral, isto é, a plena democracia, só pode "desaparecer".

4. Ao enunciar a sua famosa fórmula: "O Estado morre", Engels apressou-se a precisar que essa fórmula é dirigida contra os oportunistas e contra os anarquistas. E coloca em primeiro lugar o corolário que atinge os oportunistas.

Pode-se apostar que a cada dez mil pessoas que leram essas linhas ou ouviram falar do "definhamento" do Estado, nove mil e novecentos ignoram absolutamente ou fingem esquecer que Engels não dirigia as conclusões da sua fórmula apenas contra os anarquistas. E, nas dez restantes, há seguramente nove que não sabem o que é o "Estado livre do povo" e porque, atacando-o, Engels ataca ao mesmo tempo os oportunistas. É assim que se escreve a história. É assim que se adultera insensivelmente a grande doutrina revolucionária, até transformá-la numa banalidade ao nível da mediocridade reinante. A conclusão contra os anarquistas foi mil vezes repetida, repisada e simplificada, fixando-se nos cérebros com a tenacidade de um preconceito. A conclusão contra os oportunistas, porém, deixaram-na na sombra e "esquecida"!

O "Estado livre do povo" era o programa e a fórmula corrente dos socialdemocratas alemães de 1870. Essa fórmula não tem nenhum conteúdo político, não passando de uma pomposa expressão burguesa da ideia de democracia. Engels dispunha-se a "justificar momentaneamente" o seu emprego na agitação, na medida em que essa fórmula aludia legalmente à república democrática. Mas era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também, a incompreensão da crítica socialista do Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos de que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática.

Mais adiante: todo Estado é uma "força especial de repressão" da classe oprimida. Um Estado, seja ele qual for, não poderá ser livre nem popular. Marx e Engels explicaram isso muitas vezes aos seus camaradas de partido, mais ou menos em 1870.

5. Na mesma obra de Engels, de cujo raciocínio sobre o desaparecimento do Estado todos se recordam, encontra-se desenvolvida a definição da revolução violenta. A apreciação do seu papel histórico torna-se, na obra de Engels, verdadeira apologia da revolução. Disso ninguém "se lembra"; é moda, nos partidos socialistas contemporâneos, não falar nem pensar nunca no assunto; na propaganda e na agitação cotidianas entre as massas, essas ideias não desempenham papel algum. No entanto, estão indissolavelmente ligadas à ideia do "desaparecimento" do Estado, com a qual formam um todo.

Eis a passagem de Engels:

*"Que a violência desempenha ainda outro papel na história, um papel revolucionário; que é, segundo Marx, a parteira de toda velha sociedade, grávida de uma sociedade nova; que é a arma com a qual o movimento social abre caminho e quebra formas políticas petrificadas e mortas - sobre isso o sr. Dühring<sup>5</sup> silencia. É*

---

<sup>5</sup> Dühring, Eugen Karl (1833-1921): Professor de mecânica, filósofo e economista alemão. Em filosofia, foi ateu e combateu a concepção judaico-cristã. Crítico materialista vulgar, mecanicista e positivista, interpretava a história da sociedade do ponto de vista da "teoria da violência". Na economia fazia

*suspirando e gemendo que ele admite a possível necessidade da violência para derrubar a exploração econômica... Infelizmente, pois a violência, diz ele, sempre desmoraliza os que a ela recorrem. E isso, a despeito do grande surto moral e intelectual que nasce de toda revolução vitoriosa! E isso na Alemanha, onde o choque violento, ao qual o povo poderia ser constrangido, teria, ao menos, a vantagem de destruir o servilismo que penetrou na consciência nacional em seguida às humilhações da Guerra dos Trinta Anos<sup>6</sup>. E é essa mentalidade de predicante, sem arrojo, sem sabor e sem força, que pretenderia impor-se ao partido mais revolucionário que a história conhece".*

Como conciliar na mesma doutrina essa apologia da revolução violenta, insistentemente repetida por Engels, aos social-democratas alemães de 1878 a 1895, isto é, até a sua morte, com a teoria do "desaparecimento" do Estado?

Costumam conciliá-las ecleticamente, tomando, por um processo empírico ou sofisticado, arbitrariamente, ou para agradar aos poderosos do dia, ora a ideia da revolução violenta, ora a do desaparecimento; e noventa e nove por cento das vezes, senão mais, colocam em primeiro plano justamente esta última.

A dialética cede lugar ao ecletismo: com relação ao marxismo, é a coisa mais frequente e mais espalhada na literatura social-democrata oficial dos nossos dias. Não é uma novidade, certamente, pois o ecletismo já substituiu a dialética na história da filosofia clássica grega. Na falsificação oportunista do marxismo, a falsificação eclética da dialética engana as massas com mais facilidade, dando-lhes uma aparente satisfação, fingindo ter em conta todas as faces do fenômeno, todas as formas de desenvolvimento e todas as influências contraditórias; mas, de fato, isso não dá uma noção completa e revolucionária do desenvolvimento social.

Já dissemos, e o demonstraremos mais detalhadamente a seguir, que a doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês. Este só pode, em geral, ceder lugar ao Estado proletário (ditadura do proletariado) por meio da revolução violenta e não por meio do "desaparecimento".

A apologia que Engels faz da revolução violenta está plenamente de acordo com as numerosas declarações, altivas e categóricas, de Marx (lembremo-nos do final de A Miséria da Filosofia e do Manifesto Comunista) sobre a inevitabilidade da revolução violenta; lembremo-

sobressair os fatores pessoais e morais. Opôs ao marxismo a teoria reacionária do "socialismo igualitário", defendendo uma concepção metafísica do mundo.

<sup>6</sup> Guerra dos Trinta Anos (1618-1648): é a denominação de uma série de guerras que diversas nações europeias travaram entre si a partir de 1618, especialmente na Alemanha, por motivos variados: rivalidades religiosas, dinásticas, territoriais e comerciais.

Esse conflito começara com disputas religiosas no Sacro Império Romano-Germânico e acabou desdobrando-se num confronto entre a dinastia dos Habsburgos (que reinava na Espanha, no Sacro Império, na Holanda e em alguns reinos italianos) e dos Bourbons (França) que disputavam a hegemonia política na Europa.

Defrontaram-se católicos Habsburgos (Áustria e Espanha) e protestantes da Boêmia, Dinamarca, Suécia, Holanda e principados alemães. A França interveio na guerra lutando contra os católicos a fim de enfraquecer os Habsburgos. A Guerra terminou em 1648 com a vitória da França, que impôs aos Habsburgos a Paz de Vestfália, ficando com as províncias de Alsácia e Lorena, além de bispados de Metz, Toul, e Verdum.

nos da crítica ao programa de Gotha<sup>7</sup> em 1875, quase trinta anos mais tarde, em que Marx flagela desapiedadamente o oportunismo. Essa apologia de Engels não é, decerto, o produto do "entusiasmo", nem das necessidades da declamação ou da polêmica. A essência de toda a doutrina de Marx e de Engels é a necessidade de inocular sistematicamente nas massas essa ideia da revolução violenta. É a omissão dessa propaganda, dessa agitação, que marca com mais relevo a traição doutrinária das tendências social-patrióticas e kautskistas.

A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário não é possível sem revolução violenta. A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo "desaparecimento".

Marx e Engels desenvolveram essa teoria por uma forma detalhada e concreta, estudando separadamente cada situação revolucionária e analisando as lições fornecidas pela experiência de cada revolução em particular. Passemos a essa parte da sua doutrina que é, evidentemente, a mais importante.

(...)

### 3. Como Marx Punha a Questão em 1852

Mehring<sup>8</sup> publicava, em 1907, na *Neue Zeit* (XXV, 2, 164), extratos de uma carta de Marx a Weidemeyer<sup>9</sup>, de 05 de março de 1852. Essa carta encerra, entre outras, a notável passagem seguinte:

*“No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta dessas classes entre si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento*

---

<sup>7</sup> Programa de Gotha: Foi elaborado para ser apresentado no Congresso de 22 a 27 de maio de 1875 em Gotha para a formação do Partido Socialista Operário da Alemanha. Lá se reuniram as duas organizações operárias alemãs: o Partido Operário Social Democrata, dirigido por Liebknecht e Bebel, e a União geral dos Operários Alemães, organização lassaliana. Este programa foi objeto de crítica rigorosa (as “*Glosas marginais ao programa do partido operário alemão-programa de Gotha*”) por parte de Marx, escrito, em 1875, conhecida como a “*Crítica ao Programa de Gotha*”.

<sup>8</sup> Mehring, Franz (1846-1919): Nasceu na Prússia, a partir de 1890 aderiu ao socialismo e se vinculou à ala esquerda do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD). Iniciou junto com Rosa de Luxemburgo e Plejanov a luta contra o revisionismo na II Internacional. Durante a Primeira Guerra se colocou contra a política de colaboração do SPD com o governo e junto com Rosa fundou a Liga dos Spartaquistas (*Spartakusbund*). Suas principais contribuições ao marxismo foi a dedicação ao campo da história e da literatura.

<sup>9</sup> Weidemeyer, Joseph Arnold (1818-1866): ex-oficial do exército, personalidade do movimento operário americano e alemão. Foi membro da Liga dos Comunistas e participou na revolução de 1848-1849 na Alemanha e na guerra civil dos Estados Unidos ao lado dos nortistas; iniciou a propaganda do marxismo nos Estados Unidos; amigo e colaborador de Marx e Engels.

*histórico dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1ª) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção (historische Entwicklungskämpfe der Produktion); 2ª) que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3ª) que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes”.*

Marx conseguiu exprimir nessas linhas, com surpreendente relevo, o que distingue radicalmente a sua doutrina da dos pensadores mais avançados e mais profundos da burguesia e o que a torna fundamental na questão do Estado.

A luta de classes é o essencial na doutrina de Marx. É, pelo menos, o que se escreve é o que se diz frequentemente. Mas isso é inexato. Deformações oportunistas do marxismo, falsificações do marxismo tendentes a adaptá-lo às necessidades da burguesia, são frequentes como resultado dessa inexatidão.

A doutrina da luta de classes foi concebida não por Marx, mas pela burguesia antes de Marx, e, de maneira geral, é aceitável para a burguesia. Quem só reconhece a luta de classes não é ainda marxista e pode muito bem não sair dos quadros do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado.

A diferença mais profunda entre o marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário está aí. É sobre essa pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão efetiva do marxismo e a adesão ao marxismo. Não é de espantar que, quando a história da Europa levou a classe operária a abordar praticamente essa questão, todos os oportunistas e reformistas, e todos os "kautskistas" também (hesitantes entre o reformismo e o marxismo), se tenham revelado pobres filisteus e democratas pequeno-burgueses, negadores da ditadura do proletariado.

A brochura de Kautsky - *A Ditadura do Proletariado* - aparecida em agosto de 1918, isto é, muito tempo depois da primeira edição da presente obra, nós oferece um modelo de deformação pequeno-burguesa do marxismo e, na realidade, de repúdio completo dessa doutrina, hipocritamente reconhecida da boca para fora (ver minha brochura: *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, 1918).

O oportunismo contemporâneo, encarnado por seu principal representante, o ex-marxista Karl Kautsky, cai inteiramente sob a definição da atitude burguesa dada por Marx. Esse oportunismo circunscreve o reconhecimento da luta de classes à esfera das relações da sociedade burguesa. (Não há liberal instruído que não consinta em admitir "em princípio", nesses limites, a luta de classe!). O oportunismo não leva o reconhecimento da luta de classes até o essencial, até o período de transição do capitalismo ao comunismo, até o período de subversão da burguesia e do seu completo aniquilamento.

Na realidade, esse período é, inevitavelmente, o de uma luta de classes extremamente encarniçada, revestindo uma acuidade ainda desconhecida. O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador.

Ainda mais. O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que

compreenderam que a ditadura de uma classe é necessária, não só a toda sociedade dividida em classes, em geral, não só ao proletariado vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo da "sociedade sem classes", do comunismo. As formas dos Estados burgueses são as mais variadas, mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado.”

\*\*\*

**Moreno, Nahuel.** *“As revoluções do Século XX”, 1984*

### **“Os diversos Estados**

O caráter do Estado se define, pois, pela classe exploradora que o utiliza para continuar explorando as outras classes. Não pode ser definido pelo desenvolvimento das forças produtivas. A partir destas, podemos nos referir ao “mundo mediterrâneo” (escravismo), à “economia de auto-abastecimento” (feudalismo), às “máquinas e a grande indústria” (capitalismo). Mas esses termos não servem para definir o Estado. Tampouco podemos definir o Estado pelas relações de produção existentes ou predominantes, embora as expresse de forma muito mais direta que ao desenvolvimento das forças produtivas. O capitalismo, como vimos, é a forma de produção dominante há 400 anos, mas durante séculos os Estados continuaram sendo feudais, com maiores ou menores adaptações, porque o poder estatal estava nas mãos da nobreza que, a partir dele, defendia suas propriedades e privilégios ameaçados pela burguesia.

O Estado se define então, pela casta ou classe que o utiliza para explorar e oprimir as demais classes e setores.

Até hoje, se deram cinco espécies de Estado:

- 1) O Estado asiático, que defendia a casta burocrática, com seus faraós, e oprimia os agricultores.
- 2) O Estado escravista, que defendia os donos de escravos, e oprimia os escravos.
- 3) O Estado feudal, que defendia os senhores feudais e as propriedades da Igreja, e oprimia os servos.
- 4) O Estado burguês, que defende os capitalistas e oprime os operários.
- 5) O Estado operário, não capitalista ou transicional.

### **O Estado operário ou transicional**

Esse último Estado, que surge a partir da Revolução Russa de outubro de 1917, é, pela primeira vez, um Estado que não serve à exploração por parte da classe exploradora

dominante no mundo, a burguesia e o imperialismo. Por isso, é um Estado provisório, transicional, que precisa avançar até o socialismo no mundo todo, alcançando assim o desaparecimento do Estado, ou então retroceder novamente ao capitalismo.

O Estado operário vai existir enquanto continuar havendo burguesia em algum lugar do planeta. Mas, quando o socialismo triunfar no mundo inteiro, quando forem desaparecendo as classes sociais e, com elas, a exploração, não vão ser necessárias forças armadas, nem polícia, nem juízes, nem governo. Isto é, não vai ser necessária a sobrevivência do Estado, porque será o povo, em seu conjunto, a cumprir todas as tarefas de administração, controle e condução da sociedade, como fizeram, durante mais de um milhão de anos, as tribos primitivas.

\*\*\*

**Trotsky, Leon.** *“Um Estado operário nem burguês?”*, 1937

“Em consequência, a natureza de classe do Estado define-se, não por suas formas políticas, mas sim por seu conteúdo social, quer dizer pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o Estado em questão protege e defende.”

(...)

“Mas a história não conhece casos de oposição entre o Estado e a economia? Sim! Quando o “Terceiro Estado”<sup>10</sup> se apoderou do poder, a sociedade ainda permaneceu alguns anos. Durante os primeiros meses do regime soviético, o proletariado dirigia uma economia burguesa. A ditadura do proletariado apoiou-se durante vários anos, e em certa medida se apoia ainda, em uma economia pequeno-burguesa.”

\*\*\*

**Moreno ,Nahuel.** *“As revoluções do Século XX, 1984*

**“Os diferentes tipos de [um mesmo] Estado**

---

<sup>10</sup> Terceiro Estado: formava, junto com o Primeiro Estado (Clero) e o Segundo Estado (Nobreza), a chamada Assembléia dos Estados Gerais, uma espécie de parlamento controlado pela Monarquia. O Terceiro Estado era constituído por representantes do povo, ou seja, da burguesia (alta burguesia: banqueiros, industriais e comerciantes; média burguesia: profissionais liberais e funcionários públicos; e, pequena burguesia: pequenos comerciantes) e das camadas populares (artesãos, operários e camponeses).

Exigindo o direito de voto individual e não a votação por Estado, seus membros se retiraram da Assembléia dos Estados Gerais, instalada em 5 de maio de 1789, constituindo-se, em seguida, no que ficou historicamente conhecida como Assembléia Nacional Constituinte, proclamando a primeira Constituição da França.

Numa mesma sociedade, existem setores das classes ou castas dominantes que monopolizam o Estado durante uma época, e depois são substituídos por outros setores. O exemplo mais significativo desse fenômeno é o atual domínio por parte dos grandes monopólios capitalistas, que substituíram a burguesia não-monopolista do século passado. Tanto o Estado do século XIX como o do século XX são Estados capitalistas. Mas, ao mesmo tempo, são de diferentes setores da burguesia.

Por isso, dividimos ou classificamos os Estados com base nos setores da classe que dominam em determinada época. São tipos de Estado porque têm a ver com setores sociais, e não com as instituições que governam. Por exemplo, sob uma monarquia burguesa, numa época o Estado pode ser dominado pela burguesia comercial e industrial da livre concorrência e, noutra etapa, pela burguesia monopolista, ou podem se dar diversas combinações. Infelizmente, a mesma coisa começou a ocorrer com os Estados operários: surgem diferentes tipos, de acordo com os setores que os controlam. Se for a maioria da classe operária, através de suas organizações democráticas, é um Estado operário. Mas se for controlado pela burocracia que impõe um regime totalitário é um Estado operário burocratizado.”

\*\*\*

**Moreno, Nahuel. “A ditadura revolucionária do proletariado”, 1979**

**“As duas ditaduras proletárias: a burocrática reformista e a revolucionária**

A dialética nega, de um modo relativo, as leis da lógica formal<sup>11</sup>; utiliza-as e as põe em movimento, superando-as e assinalando suas contradições e limitações. Isto foi o que fez Trotsky, por exemplo, com uma das aplicações da lógica formal, a de definição por gênero próximo e diferença específica.

---

<sup>11</sup> Lógica formal (ou Aristotélica): uma teoria clássica para explicar como é formulado o raciocínio humano. Desenvolvida pelo grego Aristóteles (384-322 a.C.), um dos pensadores mais influentes da filosofia ocidental, essa teoria prevê basicamente que é possível chegar a certas conclusões a partir de noções preliminares sobre um assunto específico. O exemplo clássico que resume o funcionamento da dedução na lógica aristotélica diz o seguinte: "Todos os homens são mortais. Sócrates é homem. Logo, Sócrates é mortal". Os filósofos costumam dividir essa lógica em dois princípios básicos: o silogismo e a não-contradição.

O primeiro é o processo de argumentação exemplificado acima: a partir de duas verdades chega-se a uma terceira, a conclusão. Já a não-contradição, como o próprio nome diz, busca a especificidade de cada coisa: é impossível que ela seja e não seja ao mesmo tempo.

Portanto, a lógica aristotélica baseia-se no pressuposto de que a razão humana é capaz de deduzir conclusões a partir de afirmações ou negações anteriores. Se as premissas forem verdadeiras, as conclusões também serão.

A operação teórica que realizou quando modificou a definição clássica de Lênin foi uma aplicação dialética genial desta lei aristotélica, já que buscou os pontos comuns das ditaduras de Lênin e de Stalin, quer dizer, seu gênero próximo. E verificou que só tinham um aspecto em comum: ambas se assentavam na expropriação econômica dos capitalistas, numa economia de transição; em todo o resto eram radicalmente diferentes. Ao assinalar isto, conseguiu a única definição marxista de ditadura do proletariado: o poder estatal naqueles países onde foi expropriado o capitalismo, quer dizer, nos Estados operários.

Porém, Trotsky assinalou também que este ponto comum nas relações de produção não eliminava as diferenças específicas entre as duas ditaduras e precisou que as maiores diferenças de funcionamento (ideológicas, programáticas, de política nacional e internacional) eram a expressão superestrutural das diferenças entre os distintos setores do proletariado que ambas representavam.

A de Lênin foi a expressão dos setores mais explorados dos operários, de sua vanguarda internacionalista, revolucionária e da mobilização permanente das massas. A de Stalin, a dos setores privilegiados, a burocracia e aristocracia operárias e da passividade das massas. Daí surgem as definições de ambos Estados ou países: operário ou operário revolucionário, de Lênin; operário degenerado, de Stalin; operário por sua estrutura econômica, degenerado por sua superestrutura estatal.

Esta definição de Trotsky, que permite diferenciar qualitativamente a URSS leninista da stalinista, pode simetricamente ser transladada à ditadura do proletariado como o conteúdo de classe do Estado operário. Sob Lênin temos uma ditadura revolucionária do proletariado, voltando mais uma vez à definição de Marx e, sob Stalin, outra degenerada, reformista ou, como preferimos defini-la, burocrática.

Se Trotsky tivesse se contentado somente em fazer essa nova definição do Estado stalinista, não teria sido dialético. Entretanto, dedicou todos os seus últimos anos a assinalar os efeitos que a superestrutura política contra-revolucionária stalinista tinha sobre a estrutura econômica, suas contradições cada vez mais agudas, sua provável dinâmica e os perigos que encerrava; foi o único que explicou que o governo stalinista debilitava sistematicamente a ditadura do proletariado, ao minar sua economia e o apoio do movimento operário.

Estas definições de Trotsky e o método que as sustentam fundamentam a razão de ser do trotskismo. Toda tentativa de definir a ditadura do proletariado a partir da superestrutura, e não da estrutura, como faz a maioria do SU, ainda que se apoie em citações de Lênin e Trotsky dos primeiros anos da revolução, tem consequências funestas para a política revolucionária: capitular, pela ultraesquerda ou pelo oportunismo, à opinião pública imperialista e aos partidos socialdemocratas.

Por outro lado, o esquecimento das diferenças específicas, superestruturais, leva a capitular ao stalinismo. Assim como a definição genérica estrutural é indispensável para defender incondicionalmente esses Estados operários burocratizados de todo ataque do imperialismo ou de toda tentativa contrarrevolucionária burguesa dentro do próprio país, a precisão específica dos traços burgueses e burocráticos da superestrutura é essencial para impulsionar a revolução política.

\*\*\*

**Trotsky , Leon. “A revolução traída”, 1936**

“A revolução que a burocracia prepara contra si própria não será social como a Revolução de Outubro de 1917; não se tratará de mudança das bases econômicas da sociedade, de substituir uma forma de propriedade por outra.

A História para além das revoluções sociais que substituíram o feudalismo pelo regime burguês conhecem revoluções políticas que sem tocar nos fundamentos econômicos da sociedade, subverteram as antigas formações dirigentes (1830<sup>12</sup> e 1848<sup>13</sup> em França, fevereiro de 1917 na Rússia). A subversão da casta bonapartista terá, naturalmente, profundas consequências sociais, mas não irá para além dos limites de uma transformação política.”

\*\*\*

---

<sup>12</sup> Revolução de 1830: Após a derrota Napoleão na batalha de Waterloo (1815), tem-se o fim do I Império na França. Luiz XVIII, da dinastia dos Bourbons, assume o poder, restaurando o poder monárquico na França, ameaçando os direitos e liberdades conquistadas pela revolução de 1789. Essa fase de reação se aprofundou com a morte de Luiz XVIII, que foi substituído por seu irmão, Carlos X que restabeleceu definitivamente o Antigo Regime.

A oposição ao novo absolutismo foi crescendo até alcançar seu auge, em 1830, com as “Jornadas Gloriosas”, onde a população insurreta levantou uma vez mais as barricadas nas ruas de Paris.

Carlos X fugiu e o governo foi assumido por Luis Felipe de Orleans, que ficou conhecido como o “rei burguês”. Ele reformulou a Constituição dos Bourbons enfatizando o liberalismo, mas manteve o caráter censitário (em que os direitos variavam de acordo com a renda) do voto e das candidaturas para cargos legislativos.

<sup>13</sup> Revolução de 1848: Após a subida de Luiz Felipe na França, em 1830, socialistas, republicanos e bonapartistas constituíram uma oposição ao governo. O ponto de unidade era a exigência de uma reforma eleitoral e parlamentar que pusesse fim ao caráter censitário das eleições.

O movimento cresceu. Dezenas de manifestações e reuniões sob a forma de jantares públicos (“*banquetes*”) foram realizadas, até que, em fevereiro de 1848, Luiz Felipe e o ministro Guizot resolveram proibi-las. Ocorreram manifestações populares de protesto e uma rebelião se armou na Guarda Nacional, que passou ao lado do povo. O movimento revolucionário levou à queda de Guizot e à fuga de Luis Felipe para a Inglaterra.

Inaugura-se a Segunda República com um governo provisório que convoca uma Assembléia Constituinte. Entre as primeiras medidas do governo está o sufrágio universal. No entanto, as reivindicações os trabalhadores, tais como a redução da jornada de trabalho e o direito de greve, não foram atendidas. Tinha a oposição da burguesia liberal, que havia obtido a maioria na Constituinte. Os trabalhadores foram às ruas, mas foram violentamente massacrados pelo general Cavaignac, que garantiu a vitória da burguesia. Três mil revoltosos foram fuzilados e 15 mil deportados.

A 10 de dezembro de 1848, Luis Bonaparte, sobrinho do Imperador Napoleão I, foi eleito com 73% dos votos para o governo. Em 1851, quase ao final de seu mandato, Bonaparte fechou a Assembléia Nacional, uma vez que a Constituição proibia sua reeleição presidencial. Com isso restabelece uma ditadura. Devido às semelhanças com o golpe de Estado dado pelo seu tio Napoleão Bonaparte, esse acontecimento passou a ser chamado de *18 de Brumário* (mês do calendário instituído pela revolução de 1789, que significa “bruma”, nevoeiro) de Luiz Bonaparte.

## 2. REGIMES

**Moreno, Nahuel.** *“As revoluções do Século XX, 1984*

“A definição do caráter do Estado só nos serve para começar a estudar o fenômeno. Só responde à pergunta: *“Qual classe ou quais setores de classe têm o poder político?”*. O regime político é outra categoria, que responde a outra pergunta: *“Através de que instituições governa essa classe em determinado período ou etapa?”*.

Isto porque o Estado é um conjunto de instituições, mas a classe que está no poder não as utiliza sempre da mesma forma para governar. O regime político é a combinação ou articulação específica das instituições estatais, utilizada pela classe dominante, ou por um setor dela, para governar.

Concretamente, para definir um regime político, devemos responder às perguntas: *“Qual é a instituição fundamental de governo? Como se articulam com ela as outras instituições estatais?”*.

Os cinco Estados que enumeramos passaram, por sua vez, por diferentes regimes políticos.

O Estado escravista de Roma muda seu funcionamento três vezes. Primeiro é uma monarquia, com seus reis; depois, uma república; e, finalmente, um império, com os imperadores governando. Mas continua sendo sempre um Estado escravista. O rei ou o imperador defendem a estrutura social que os donos de escravos continuem sendo donos de escravos. A República também, embora nesse caso não haja a autoridade de uma só pessoa, mas sim do Senado, já que neste Senado só votam os donos de escravos e nunca os escravos.

O Estado burguês deu origem a muitos regimes políticos: monarquia absoluta, monarquia parlamentar, repúblicas federativas e unitárias, repúblicas com uma só câmara ou com duas (uma de deputados e outra, muito reacionária, de senadores), ditaduras bonapartistas, ditaduras fascistas, etc.

Em alguns casos, são regimes com ampla democracia burguesa, que até permitem que os operários tenham seus partidos legais e com representação parlamentar. Em outros casos, dá-se o contrário, e não existe nenhuma liberdade, nem mesmo para os partidos burgueses. Mas, através de todos esses regimes, o Estado continua sendo burguês, porque quem continua no poder é a burguesia, que utiliza o Estado para continuar explorando os operários.

Não se deve confundir os diferentes regimes com os diferentes tipos de Estado. O Estado se define - como vimos - pelas classes ou setores de classe que o dominam. O regime, pelas instituições.”

\*\*\*

## 3. GOVERNOS

**Moreno, Nahuel.** *“As revoluções do Século XX, 1984*

“Quanto aos governos, em troca, são os homens de carne e osso que, em determinado momento, estão à cabeça do Estado e de um regime político. Essa categoria responde à pergunta: “*Quem governa?*”. Não é a mesma coisa que regime, pois podem mudar muitos governos sem que mude o regime, porque as instituições continuam sendo as mesmas.

Nos Estados Unidos, por exemplo, faz dois séculos que há um regime-democrático burguês, com seu presidente, seu Congresso eleito e seu sistema judiciário. Durante certo tempo governa o partido Republicado, depois o partido Democrata. Nestes últimos anos, tivemos o governo Kennedy, Johnson, Nixon, Carter e Reagan (podemos chamá-los assim porque, no conjunto de instituições que constituem a democracia burguesa norte-americana, a mais forte é a presidencial). Através de todos esses governos, o regime não mudou, continuou sendo uma democracia burguesa presidencialista.”

\*\*\*

## 4. A DEMOCRACIA BURGUESA E O PARLAMENTO A TRAVÉS DO TEMPO

**Novack, George.** “Democracia e Revolução desde os gregos aos nossos dias”,

“El parlamentarismo ha sido el tipo standard de gobierno democrático en los capitalismos más altamente desarrollados. Este sistema coronó el proceso histórico por el que las fuerzas burguesas se impusieron al viejo orden constituyendo otro nuevo desde sus cimientos económicos a sus formas de gobierno. El parlamentarismo permitió a las nuevas clases poseedoras asegurar, mantener y **apalancar** el poder bajo la relación de fuerzas más favorable para ellas.

Los liberales que apoyan al capitalismo consideran este tipo de gobierno como la suprema expresión del autogobierno. Creen que la humanidad, en su progreso, no puede ir más allá de tal cumbre de perfección en la plenitud de la democracia. Sin embargo, un examen crítico de los orígenes, la evolución y las principales características de esta institución, no confirma tal tipo de evaluación unilateral. El parlamentarismo ha sido y sigue siéndolo - un instrumento de control capitalista que comparte tanto los méritos como las faltas de esta fase de la sociedad de clases.

En lo político, como en otros campos, la humanidad hace, en verdad, avances sustanciales en el paso de una época a la siguiente. Esto fue evidenciado en la transición de la época medieval a tiempos más modernos. El resultado de las luchas por la soberanía bajo el feudalismo constituyó el punto de partida para las actividades políticas del período burgués. Los sistemas y teorías políticos medievales de la Europa Occidental estuvieron polarizados entre las exigencias enfrentadas de la Iglesia y la corona. Cuando la monarquía absoluta prevaleció sobre el papado y fue más allá, al repudiarlo bajo regímenes protestantes, tuvo lugar un irreversible desplazamiento en eje de los conflictos

políticos. En adelante, la realeza compitió menos por la supremacía con el sacerdocio que con el parlamento y, tras él, con el pueblo. Estas fuerzas no eran necesariamente idénticas. Los principales asuntos políticos a dirimir y sobre los que decidir dependían en gran medida de cuál de estos tres cuerpos -corona, el parlamento o la masa ciudadana restringida o ampliada - iba a ser predominante en el gobierno del país.

El Parlamento no fue una creación de las masas revolucionarias, como la Comuna de París o los primitivos soviets. Fue modelado gradual y lentamente como instrumento político por las capas altas de la burguesía, que se veían obligadas a disputar la supremacía contra la monarquía absoluta por su ala derecha y contra los plebeyos, por la izquierda. Esta lucha en dos frentes opuestos dio luz a la altamente contradictoria y ambivalente naturaleza del sistema parlamentario.

Los dirigentes e ideólogos más atrevidos de la revolución burguesa tuvieron que sacar a relucir la doctrina democrática de la soberanía popular como contrapeso al dogma monárquico de la derecha de estar gobernando por la gracia de Dios. Era necesario, para desacreditar la legitimación del viejo régimen, hacer válidas sus propias exigencias de poder, ganar apoyo popular para su causa y establecer el predominio del parlamento. Los principios esenciales del republicanismo fueron asentados en primer lugar en Inglaterra, durante la Gran Rebelión, por Sir Henry Vane<sup>14</sup> y otros. Lo definieron como la completa soberanía del pueblo a través del gobierno representativo de una única asamblea.

Después, en el siglo XVIII el filósofo empírico John Locke<sup>15</sup>, apologista de la consumada y conservadora revolución burguesa de Inglaterra, llegó a ser el exponente más influyente de la hegemonía parlamentaria. En sus *Dos disertaciones sobre el Gobierno*, se dedicó a refutar la supuesta base de los derechos divinos y absolutos del rey y a justificar en su lugar las exigencias de la burguesía, que aspiraba a supeditar el trono a la Cámara de los Comunes.

Locke enseñaba que, según las leyes de la naturaleza y la razón, el pueblo era la fuente y el asiento del poder de la sociedad y del estado. Tanto el trono como el parlamento estaban sometidos a él y le debían rendir cuentas. La legislatura no es más que

---

<sup>14</sup> Vane, Sir Henry (1589-1655): Político inglês de tendências puritanas (religião protestante que refletia os interesses da burguesia inglesa que se opunha à aristocracia católica) foi governador de Massachusetts (1636-1637). Uniu-se ao Parlamento contra Carlos I, rei da Inglaterra decapitado, em 1649, durante a revolução dirigida por Oliver Cromwell. Foi almirante e teve atuação destacada de sua frota contra os holandeses. Suas diferenças com Cromwell o levaram a se afastar da vida pública. Durante a restauração (1661) foi preso e condenado à morte.

<sup>15</sup> Locke, John (1632-1704): Filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico. Teve como principal obra o *"Segundo Tratado do Governo Civil"*. Contemporâneo da Revolução Gloriosa (1688) que consolidou o poder capitalista na Inglaterra, foi um dos principais teóricos do chamado "Contrato Social". Para ele os homens possuem a vida, a liberdade e a propriedade como direitos naturais. Para preservá-los tiveram que deixar seu "estado natural" (a vida primitiva da humanidade) e estabeleceram um contrato entre si, criando o governo e a sociedade civil. Assim os governos teriam por finalidade garantir o respeito aos direitos naturais e, caso não o fizessem, caberia à sociedade civil o direito de rebelião contra o governo tirânico.

una delegación del pueblo, que tiene derecho a quitarla o variarla cuando actúe contrariamente a su mandato.

Apoyó el derecho a hacer la revolución como garantía de que el gobierno fuera representativo. Si los representantes violaban la confianza de los que les votaban, el poder revertía a la sociedad. El pueblo tiene siempre el derecho a “erigir una nueva forma, o manteniendo la vieja forma, colocarla en otras manos, como le parezca bien.”

A la pregunta “¿Quién debe ser juez cuando el príncipe o el cuerpo legislativo actúen de forma contraria a lo que se les ha confiado?”, Locke replicaba sin vacilación; «el pueblo será el juez; porque quién si no juzgará si su apoderado o su "delegado actúa bien y acorde a la confianza depositada en él sino quien le ha hecho delegado y debe, por haberle hecho, seguir teniendo el derecho de destituirlo cuando faltara a la confianza que se le deposita?”

Eran ideas explosivas. Impregnaron el pensamiento político progresista a lo largo del siglo XVIII y fueron usadas como poderosas armas por los representantes más intrépidos del campo revolucionario para oponerse a los viejos regímenes, en las Colonias americanas y en Francia, y para derrocarlos. Por eso, Rousseau mantenía que la soberanía está inalienablemente depositada en la sociedad como un todo, que retiene la supremacía pese a cualquier delegación temporal y parcial de sus poderes.

Tom Paine<sup>16</sup> argumentaba que hay dos modos irreconciliables de gobierno: el gobierno por elección y representación (republicanismo) y el gobierno por la herencia y la sucesión (monarquía y aristocracia). Uno está basado en la razón y la igualdad; el otro, en la ignorancia y el privilegio. En una república, el pueblo es soberano y libre; en una monarquía es víctima de la superstición, el despotismo, el chantaje y la corrupción.

La democracia planteada por los teóricos políticos más radicales e instaurada bajo la burguesía no fue una democracia directa, como la de Atenas, donde las leyes se votaban y las decisiones se tomaban por los ciudadanos reunidos en asambleas, los mismos ciudadanos que luego participarían en llevarlas a la práctica. Excepción hecha de los cantones de Suiza, este tipo de democracia directa y de participación personal en las funciones públicas solo fue revivida y realizada en la era burguesa en los momentos cumbres de las conmociones revolucionarias, cuando los plebeyos insurgentes entraban masivamente en lucha e intervenían como fuerza decisiva en la solución de los acontecimientos.

Pero estas reafirmaciones de la democracia directa fueron excepcionales y episódicas; se consumían o eran aplastadas al decaer las energías revolucionarias y producirse los bandazos hacia la derecha en el equilibrio de las fuerzas. Donde las instituciones democráticas sobre-vivieron o fueron instauradas después de que se hubieran acabado los levantamientos de la rebelión popular, tomaron la forma de cuerpos parlamentarios que ejercían las funciones de gobierno como agentes verdaderos o supuestos de la voluntad popular. El sistema parlamentario descansa sobre un equilibrio de fuerzas de clases más o

---

<sup>16</sup> Paine, Thomas (1737-1809): inventor, político e intelectual demócrata radical británico. É considerado um dos “pais” fundadores dos Estados Unidos da América.

menos estabilizado, pero que aseguraba la continuación de la dominación y el desarrollo capitalista.

Tanto en su comienzo como en su evolución posterior como modo de gobierno burgués, el parlamentarismo tuvo un carácter equívoco. Un llamado a la soberanía popular era indispensable para movilizar a las masas en el combate a muerte contra la monarquía y contra los que la mantenían. Su consagración legal en un orden constitucional legítimo al nuevo régimen. Pero tal doctrina era arriesgada para los grandes propietarios que se pusieron del lado de la revolución o se reconciliaron con ella y se beneficiaron grandemente de sus resultados.

Las proclamas democráticas mantenían la promesa de que el bienestar de la mayoría estaría por encima de los intereses de cualquier minoría, que las desigualdades y las injusticias de todo tipo serían eliminadas y que el pueblo poseería realmente el poder de decidir todas las cuestiones vitales, y lo usaría. La democracia completa y coherente, vinculada de forma lógica al principio de la soberanía popular, entraba en conflicto con los objetivos de las clases poseedoras y con las realidades de su dominio.

Para desembarazarse de sus antagonistas precapitalistas o mantenerlos controlados, los portavoces más intransigentes de la revolución democrática se sintieron obligados a proclamar todo el poder para el pueblo. Pero la alta burguesía era una pequeña minoría de la sociedad. Como tal, no podía consentir en entregar la soberanía sin restricciones a la mayoría plebeya. Estaban atrapados en este dilema: ¿cómo podrían reservar y mantener lo fundamental del dominio de los ricos aparentando cumplir con los requisitos formales de la soberanía popular y de la representación democrática, e impedir al mismo tiempo que las masas ejercieran el poder en su propio beneficio?

La solución al problema planteado a las clases dirigentes en ascenso se fue dando empíricamente, paso a paso, a lo largo de los siglos, en el curso de intensas luchas sociales y políticas. El parlamentarismo burgués, con o sin monarquía complaciente, emergió del laboratorio de la historia europea occidental como el modelo a seguir para llevar a cabo la dominación de los dueños de la riqueza sobre el resto de la nación, a través de formas más o menos democráticas.

(...)

### **Duas faces do parlamentarismo**

(...)

Tais foram as aspirações à igualdade e ao iluminismo que vieram com a primavera da democracia parlamentar. A forma de governo que Jefferson<sup>17</sup> festejava era um imenso adiantamento em relação à monarquia, ao absolutismo e ao clericalismo. Era mais preferido que qualquer despotismo burguês de tipo militar, pessoal ou fascista. Popularizou as virtudes do governo pelo povo, apesar de ter ficado curto no alcance deste objetivo. “O racionalismo

---

<sup>17</sup> Jefferson, Thomas (1743-1826): Foi o principal autor da Declaração de Independência daquele país (04 de julho de 1776), quando então era um jovem jurista. Profundo conhecedor de John Locke, foi também o terceiro presidente dos Estados Unidos (1801-1809).

político da democracia”, escreveu Trotsky, que tinha a vantagem de possuir mais base e mais visão histórica que Jefferson, “foi o logro mais alto da burguesia, revolucionária”.

Os princípios declarados do credo democrático - a igualdade, a liberdade, o reconhecimento dos direitos humanos e civis - que foram forjados como armas contra a velha ordem, não eram ficções nem ilusões. Tinham fundas raízes nas exigências do desenvolvimento social. Inclusive em que pese pudessem ser realizados de forma muito inadequada sob condições burguesas, significaram um passo adiante que fez época no progresso humano.

O parlamentarismo foi uma poderosa escola de experiência para as massas. Ao menos em teoria, as fez intervir nos assuntos do Estado, desde tempos imemoriais reservados aos clãs dominantes, as elites burocráticas, aos potentados e aos bem nascidos. Ensinou ao povo que é legítimo ser o poder supremo no território e exercer a supervisão e o controle sobre todos seus funcionários e instituições. Lá onde a democracia burguesa durou o bastante para implantar essas ideias de uma maneira profunda na consciência geral, não puderam ser logo desarraigadas, não importando quão duras foram as repressões ou quão grande foi a perda dos direitos produzidas por uma recaída em regimes não democráticos.

Este condicionamento da mente popular a esperar um governo e direitos democráticos e a insistir em sua consecução foi o aspecto mais progressista do parlamentarismo. Teve efeito inclusive onde o governo parlamentar era incompleto, inclusive segundo seus próprios limites. Na Inglaterra, por exemplo, a Câmara dos Comuns<sup>18</sup> teve que coexistir com uma monarquia exausta, uma igreja estatal e uma aristocrática Câmara dos Lordes<sup>19</sup>. Os domínios e as colônias não tinham representação ali. O aparato do Estado funcionava na realidade com burocracias profissionais que perpetuavam sua autoridade mediante sua veteranaria e uma estratégia de ocupação de postos.

Além de tais imperfeições, o sistema parlamentar padecia de uma contradição interna. Proclamava o predomínio do povo e não lhe provinha dos meios e métodos necessários para exercer essa suposta soberania. Prometia muito mais do que nunca deu, incluindo seus dias mais gloriosos. A democratização da vida política não podia ir muito longe enquanto os cimentos econômicos da ordem social permanecessem sob o domínio dos proprietários, encabeçados pelos magnatas do capital. Seu controle sobre a economia bloqueava e frustrava cada tentativa de por o processo de decisão política nacional sob controle das massas.

---

<sup>18</sup> Câmara dos Comuns: Câmara baixa do Parlamento do Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales - Grã Bretanha - e Irlanda do Norte) composta por cerca de 650 membros equivalentes a Deputados. Eles são eleitos através do sistema distrital para um mandato de cerca de 5 anos. Cada mandato dura até o Parlamento ser dissolvido para novas eleições.

<sup>19</sup> Câmara dos Lordes: Câmara alta do parlamento do Reino Unido. O parlamento também inclui a Coroa britânica (rei ou rainha) e a Câmara dos Comuns. A Câmara dos Lordes não tem um número determinado de membros, mas atualmente conta com 760 lordes. Ela é um corpo não-eleito, formado por 2 arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana (Lordes Espirituais), e 734 membros da nobreza britânica (Lordes Temporais). Os Lordes Espirituais mantêm-se no cargo enquanto ocuparem suas funções eclesiásticas, enquanto os Lordes Temporais são vitalícios. Os membros da Casa dos Lordes são às vezes chamados Lordes do Parlamento.

Durante o século que vai desde o final das guerras napoleônicas<sup>20</sup> até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a democracia parlamentar continuou ganhando terreno e se consolidando no Ocidente. Esta instituição foi a beneficiária política fundamental da colossal expansão das forças produtivas capitalistas, que elevaram a burguesia, às posições mais altas e fortaleceram seu controle nos países industrializados.

(...)

### **El parlamentarismo en la época de la decadencia imperialista**

Con la llegada de su sucesor, quedo claro que la democracia parlamentaria de la época burguesa no era más eterna que sus precursoras de los tiempos antiguos y medievales. Había emergido y se había establecido como el producto político de una constelación de factores históricos pertenecientes a un capitalismo robusto y en ascenso. A medida que el capitalismo mundial decayó en su proceso de desintegración, encontró expresión política en un debilitamiento paralelo del tipo de gobierno apropiado a su mejor época. La agudización de la lucha de clases no solo hizo difícil la instauración de nuevas democracias parlamentarias en países con un desarrollo atrasado sino que hizo vibrar los soportes de las instituciones democráticas tradicionales. De esta manera, en el prolongado período de transición de la supremacía capitalista indiscutida al poder de los trabajadores, los regímenes parlamentarios se encontraron amenazados desde dos lados opuestos: las fuerzas más rabiosamente contrarrevolucionarias por la derecha, y la movilización de las masas revolucionarias, por la izquierda. El estrujamiento de la democracia burguesa entre estos dos extremos iba a modelar los desarrollos políticos globales a partir de 1917.”

\*\*\*

**Mandel, Ernest.** *“A teoria marxista do Estado”*, 1977

### **“Os monopólios apoderam-se do Parlamento**

A época clássica do parlamentarismo foi a da livre concorrência. Naqueles tempos, o burguês individual, o industrial, o banqueiro, eram muito fortes como indivíduos. Eram muito independentes, muito livres, dentro dos limites da liberdade burguesa, e podiam arriscar o seu capital no mercado da maneira que desejassem.

Naquela sociedade burguesa atomizada, o Parlamento desempenhou um papel muito útil, objetivo, e até indispensável ao funcionamento tranquilo dos assuntos quotidianos.

De fato, era só no Parlamento que o denominador comum dos interesses da burguesia

---

<sup>20</sup> Guerras Napoleônicas: Conflitos armados que se estenderam de 1803 a 1815, opondo a quase totalidade das nações da Europa à França, então governada por Napoleão Bonaparte.

se podia determinar. Podiam organizar-se dúzias de grupos capitalistas, separados uns dos outros, grupos opostos a outro qualquer por uma quantidade de interesses locais, regionais e corporativos. Estes grupos só podiam unir-se de forma ordenada no Parlamento. (É verdade que também se podiam encontrar no mercado, mas aí era à navalha e não com palavras!). Foi só no Parlamento que uma linha média pôde ser estabelecida, linha de tal ordem que pudesse exprimir os interesses da classe capitalista como um todo.

Porque então era esta a função do Parlamento: servir de lugar comum de reunião onde os interesses coletivos da burguesia pudessem ser formulados. Lembremos que, na época heroica do parlamentarismo, não era só com palavras e votos que o interesse coletivo se manifestava; também usavam os punhos e as pistolas. Não mandou a Convenção<sup>21</sup> milhares de cidadãos à guilhotina, pela mais ínfima das maiorias, essa Convenção, clássico Parlamento burguês da Revolução Francesa?

Mas a sociedade capitalista não permaneceria atomizada. Pouco a pouco, pôde ver-se a organizar-se, a estruturar-se, em concentrações cada vez maiores, de forma cada vez mais centralizada. A livre concorrência desaparece e é substituída por monopólios, por trustes e por grupos capitalistas.

O Parlamento e, mais ainda, o governo de um Estado capitalista, por mais democrático que pareça ser, está atado à burguesia por cadeias douradas que tomam o nome de dívida pública.

Nenhum governo poderia durar mais de um mês sem bater à porta dos bancos para pagar as suas despesas correntes. Se os bancos se recusassem, o governo abriria falência.

São duplas as origens deste fenómeno. Os impostos não entram diariamente nos cofres; as receitas concentram-se em certos períodos do ano, mas as despesas são contínuas. É deste modo que surge a dívida pública a curto prazo.

Este problema não é de solução difícil, mas surge ainda outro problema, muitíssimo mais grave. Todos os modernos Estados capitalistas gastam mais do que recebem. Eis a origem da

---

<sup>21</sup> Convenção: Trata-se da Convenção Nacional, produto da transformação da Assembléia Constituinte, por sufrágio universal, e que governou a França de 21 de setembro de 1792 a 26 de outubro de 1795. Neste período houve três Convenções: a primeira Convenção (1792-1873) foi liderada pelos Girondinos, setor da burguesia menos radical. Nesse período por pressão dos setores mais radicais, o rei Luís XVI terminou condenado à morte por traição, sendo guilhotinado em 21 de janeiro de 1793; a segunda Convenção (1793-1794) foi dirigida pelos Montanheses, setor radical que tomavam o assento à “esquerda” na Convenção, e que refletiam os setores mais plebeus da revolução, como os sans-culottes. Em 2 de junho de 1793 ele tomaram a Convenção prendendo os líderes girondinos, inaugurando o período conhecido como de “Terror”, por levar à guilhotina, os opositores da revolução. No final desse período, a própria ala radical que o inaugurou terminou sendo guilhotinada por pressão da reação, culminando na execução de Robespierre e Saint-Just, jacobinos e líderes da Montanha. Nesse período foi aprovada uma nova constituição (Constituição do Ano I) que adotou o sufrágio universal; e, por fim, a terceira Convenção, chamada de Termidoriana, numa alusão ao mês do Termidor (calor) do novo calendário adotado após a Revolução. Nesse período a burguesia retomou o controle da situação anulando várias decisões montanhesas. Período de reação em que se instalou o Terror Branco, encabeçado por um movimento de jovens de direita, os muscadins, que perseguiram e executavam líderes radicais.

dívida pública a longo prazo para a qual os bancos e estabelecimentos financeiros adiantam dinheiro a juros elevados. Aqui está uma conexão direta e imediata, um laço diário, entre o Estado e a Alta Finança.

\*\*\*

## 5. O REGIME DEMOCRÁTICO BURGUEÊS

**Lenin, V.I. "A revolução proletária e o renegado Kautsky", 1918**

### **"Democracia burguesa e democracia proletária**

A questão tão descaradamente confundida por Kaustky apresenta-se na realidade assim.

A não ser para debochar do senso comum e da história, é claro que não se pode falar de "democracia pura" enquanto existirem *classes* diferentes, pode-se falar apenas de democracia *de classe*. (Digamos, entre parênteses, que «democracia pura» é não só uma frase *de ignorante*, que revela a incompreensão tanto da luta de classes como da essência do Estado, mas também uma frase triplamente vazia, pois na sociedade comunista a democracia, modificando-se e tornando-se um hábito, *extinguir-se-á*, mas nunca será democracia "pura".)

A «democracia pura» é uma frase mentirosa de liberal que procura enganar os operários. A história conhece a democracia burguesa, que vem substituir o feudalismo, e a democracia proletária, que vem substituir a burguesa.

Se Kaustky consagra até dezenas de páginas a «demonstrar» a verdade de que a democracia burguesa é progressiva em comparação com a Idade Média e de que o proletariado deve obrigatoriamente utilizá-la na sua luta contra a burguesia, isto é precisamente charlatanice de liberal, destinada a enganar os operários. Trata-se de um truísmo não só na culta Alemanha como também na Rússia inculta. Kaustky atira simplesmente areia «sábia» aos olhos dos operários, falando-lhes com ar importante tanto de Weitling, como dos jesuítas no Paraguai e de muitas outras coisas *para eludir* a essência *burguesa* da democracia contemporânea, isto é, *capitalista*.

Kautsky toma do marxismo aquilo que é aceitável para os liberais, para a burguesia (a crítica da Idade Média, o papel histórico progressista do capitalismo em geral e da democracia capitalista em particular) e rejeita, silencia e esbate no marxismo aquilo que é *inaceitável* para a burguesia (a violência revolucionária do proletariado contra a burguesia para destruí-la). Eis porque, por força da sua posição objetiva e seja qual for a sua convicção subjetiva, Kautsky se revela inevitavelmente um laçao da burguesia.

A democracia burguesa, sendo um grande progresso histórico em comparação com a Idade Média, continua a ser sempre - e não pode deixar de continuar a ser sob o capitalismo - estreita, amputada, falsa, hipócrita, paraíso para os ricos, uma armadilha e um engano para os explorados, para os pobres. É esta verdade, que constitui uma parte integrante essencial da doutrina marxista, que o "marxista" Kautsky não compreendeu. Nesta questão - fundamental -

Kautsky oferece “amabilidades” à burguesia, em vez de uma crítica científica das condições que fazem de qualquer democracia burguesa uma democracia para os ricos.

Começemos por recordar ao doutíssimo senhor Kautsky as declarações teóricas de Marx e Engels que o nosso letrado vergonhosamente “esqueceu” (para agradar à burguesia), e depois explicaremos as coisas de maneira mais popular.

Não só o Estado antigo e feudal, mas também “*o moderno Estado representativo é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital*” (Engels, na sua obra sobre o Estado<sup>22</sup>). “*Uma vez que Estado é, de fato, apenas uma instituição transitória, da qual a gente se serve na luta, na revolução, para reprimir pela força os adversários, é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda usa o Estado, usa-o não no interesse da liberdade, mas da repressão dos seus adversários, e logo que se pode falar de liberdade o Estado deixa de existir como tal*” (Engels na carta a Bebel<sup>23</sup> de 28 de março de 1875). “*O Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra e de modo nenhum menos na república democrática do que na monarquia*” (Engels no prefácio à *Guerra Civil em França*, de Marx). O sufrágio universal é “o barômetro da maturidade da classe operária. *Mais não pode ser nem será nunca, no Estado de hoje*” (Engels na sua obra sobre o Estado). O senhor Kautsky mastiga da forma mais fastidiosa a primeira parte desta tese, aceitável para a burguesia. Mas o renegado Kautsky passa em silêncio a segunda, que sublinhámos e que não é aceitável para a burguesia!). “*A Comuna devia ser não um corpo parlamentar, mas um corpo de trabalho, executivo e legislativo ao mesmo tempo... Em vez de decidir de três em três anos ou de seis em seis que membro da classe dominante havia de representar e reprimir (verund zertreten) o povo no Parlamento, o sufrágio universal devia servir ao povo constituído em Comunas como o voto individual serve a todos os outros patrões para escolherem operários, capatazes e contabilistas no seu negócio*”. (Marx na obra sobre a Comuna de Paris, *A Guerra Civil em França*).

Cada uma destas teses, que o doutíssimo senhor Kautsky conhece perfeitamente, é para ele uma bofetada e descobre toda a sua traição. Em toda a brochura de Kautsky não há a mínima compreensão destas verdades. Todo o conteúdo da sua brochura é um escárnio do marxismo!

Tomemos as leis fundamentais dos Estados contemporâneos, tomemos a sua administração, tomemos a liberdade de reunião ou de imprensa, tomemos a “igualdade dos cidadãos perante a lei”, e veremos a cada passo a hipocrisia da democracia burguesa, bem conhecida de qualquer operário honesto e consciente. Não há Estado, nem mesmo o mais democrático, onde não haja escapatórias ou reservas nas constituições que assegurem à burguesia a possibilidade de lançar as tropas contra os operários, declarar o estado de guerra,

---

<sup>22</sup> Trata-se da obra “*A origem da família, da propriedade privada e do Estado*”.

<sup>23</sup> Bebel, August (1840-1913): Um dos fundadores, junto com Wilhelm Liebknecht (1826-1900), do Partido Operário Socialdemocrata da Alemanha (fundado em Eisenach, 1869). Foi membro do Reichstag desde 1867. Autor de “*A Mulher e o socialismo*”, uma das primeiras declarações socialistas a favor da mulher. Sob sua direção a socialdemocracia alemã chegou a ser um partido poderoso. Formalmente rechaçava o revisionismo, mas foi responsável pelo avanço das tendências oportunistas que terminaram apoderando-se do partido pouco tempo depois de sua morte.

etc, “em caso de violação da ordem”, de fato em caso de “violação” pela classe explorada da sua situação de escrava e de tentativas de não se comportar como escrava. Kautsky embeleza desavergonhadamente a democracia burguesa, nada dizendo, por exemplo, daquilo que fazem os burgueses mais democráticos e republicanos na América ou na Suíça contra os operários em greve.

(...)

O doutor senhor Kautsky “esqueceu” - provavelmente esqueceu por acaso ... - uma “ninharia”, a saber: o partido dominante de uma democracia burguesa só garante a proteção da minoria a outro partido *burguês*, enquanto o proletariado, em qualquer questão *séria, profunda e fundamental*, em vez de “proteção da minoria” apenas recebe a lei marcial ou os massacres. *Quanto mais desenvolvida é a democracia tanto mais próxima se encontra dos massacres e da guerra civil em qualquer caso de profunda divergência política perigosa para a burguesia.* O doutor senhor Kautsky podia ter observado esta “lei” da democracia burguesa no caso Dreyfus<sup>24</sup> na França republicana, no linchamento de negros e de internacionalistas na democrática república da América, no exemplo da Irlanda e do Ulster por parte da democrática Inglaterra, na perseguição dos bolcheviques e na organização de massacres contra eles em Abril de 1917 na democrática república da Rússia. Cito intencionalmente exemplos não só do tempo da guerra, mas também do tempo de antes da guerra, do tempo de paz. O meloso senhor Kautsky prefere fechar os olhos perante estes fatos do século XX e contar os operários, em vez disso, coisas espantosamente novas, notavelmente interessantes, inusitadamente instrutivas e incrivelmente importantes sobre os *whigs*<sup>25</sup> e os *tories*<sup>26</sup> no século XVIII.

Tomemos o parlamento burguês. Será possível admitir que o doutor Kautsky nunca tenha ouvido dizer que os parlamentos burgueses estão *tanto mais* submetidos à Bolsa e aos banqueiros *quanto mais desenvolvida* está a democracia? Daqui não decorre que não se deva utilizar o parlamentarismo burguês (e os bolcheviques utilizaram-no talvez com maior êxito que qualquer outro partido no mundo, pois em 1912-1914 conquistamos toda a Cúria<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Dreyfus, Alfred (1859-1935): oficial judeu do Estado-Maior General francês condenado à prisão perpétua em 1894 sob uma falsa acusação de alta traição. Em resultado da campanha conduzida em sua defesa pela classe operária e pela intelectualidade progressista, Dreyfus foi perdoado em 1899 e reabilitado em 1906.

<sup>25</sup> Whigs: Partido político da Inglaterra constituído nos anos 70-80 do século XVII. O partido dos whigs representava os interesses dos setores financeiros e da burguesia mercantil, assim como de uma parte da aristocracia aburguesada. Os whigs originaram o partido liberal. Os whigs e os tories sucediam-se no poder.

<sup>26</sup> Tories: Partido político da Inglaterra que surgiu em fins do século XVIII. Representava os interesses da aristocracia fundiária e do alto clero, defendia as tradições do passado feudal. Em meados do século XIX, na base do partido dos tories, foi criado o Partido Conservador.

<sup>27</sup> Cúria operária. Espécie de Colégio eleitoral constituído por delegados operários eleitos que, por sua vez, elegiam os deputados para a Duma (parlamento) russo. As Cúrias eram parte do sistema eleitoral russo. Além da Cúria operária havia a Cúria agrária (de proprietários), a Cúria dos camponeses, a Primeira Cúria urbana (proprietários urbanos), e, por fim, a Segunda Cúria urbana (inquilinos urbanos). Cada qual elegia seus respectivos deputados para a Duma.

operária da IV Duma<sup>28</sup>). Mas disto decorre que só um liberal pode esquecer, como Kautsky esquece, o *carácter historicamente limitado e relativo* do parlamentarismo burguês. No mais democrático Estado burguês, as massas oprimidas deparam a cada passo com a contradição flagrante entre a igualdade *formal*, que a “democracia” dos capitalistas proclama, e os milhares de limitações e subterfúgios reais que fazem dos proletários *escravos assalariados*. É precisamente esta contradição que abre os olhos às massas para a podridão, a falsidade e a hipocrisia do capitalismo. É precisamente esta contradição que os agitadores e propagandistas do socialismo denunciam constantemente perante as massas a fim de *prepará-las para a revolução!* E quando *começou* a era das revoluções, Kautsky voltou-lhe as costas e pôs-se a celebrar os encantos da democracia burguesa *moribunda*.

(...)

Tomemos a estrutura do Estado. Kautsky agarra-se às «ninharias», mesmo ao fato de que as eleições são “indiretas” (na Constituição soviética), mas não vê o fundo do problema. Não nota a essência de classe do aparelho de Estado, da máquina de Estado. Na democracia burguesa, servindo-se de mil estratagemas - tanto mais engenhosos e eficazes quanto mais desenvolvida está a democracia “pura” -, os capitalistas *afastam* as massas da administração, da liberdade de reunião e de imprensa, etc. O Poder Soviético é o *primeiro* no mundo (falando rigorosamente, o segundo, porque a Comuna de Paris começou a fazer o mesmo) que *chama* as massas, precisamente as massas *exploradas*, à administração. Mil barreiras *fecham* às massas trabalhadoras a participação no parlamento burguês (que *nunca resolve* as questões mais importantes na democracia burguesa: estas são resolvidas pela Bolsa e pelos bancos), e os operários sabem e sentem, vêem e percebem perfeitamente que o parlamento burguês é uma instituição alheia, um instrumento de opressão dos proletários pela burguesia, uma instituição de uma classe hostil, de minoria exploradora.”

\*\*\*

**Lenin, V.I. “O Estado e a Revolução, 1917**

*“Na República democrática” - continua Engels - “a riqueza utiliza-se do seu poder indiretamente, mas com maior segurança”, primeiro pela “corrupção pura e simples dos funcionários” (América), depois pela “aliança entre o Governo e a Bolsa” (França e América).*

Atualmente, o imperialismo e o reinado dos Bancos têm *“desenvolvido”*, com uma arte requintada, em todas as repúblicas democráticas, esses dois meios de manter e exercer a onipotência da riqueza.

(...)

---

<sup>28</sup> IV Duma. Trata-se da quarta e última gestão do parlamento russo antes da Revolução de Outubro. Funcionou entre 1912 e 1917. Entre 1906 e 1917 houve quatro Dumas.

A onipotência da "riqueza" é tanto melhor assegurada numa república democrática quanto não está sujeita a uma crosta acanhada do capitalismo. A república democrática é a melhor crosta possível do capitalismo.

(...)

\*\*\*

## 6. O PARLAMENTO

**Segundo Congreso de la III Internacional.** *“O Partido Comunista e o parlamentarismo”*, 1920

“1º) O parlamentarismo de governo é a forma "democrática" da dominação da burguesia, à qual é necessária, em dado momento de seu desenvolvimento, uma ficção de representação popular, exprimindo na aparência a vontade do povo e não a das classes, mas constituindo, na realidade, nas mãos do Capital reinante, um instrumento de coerção e de opressão;

2º) O parlamentarismo é uma forma determinada do Estado. Assim ele não convém de forma alguma à sociedade comunista, que não conhece nem classes, nem luta de classes nem poder governamental de qualquer espécie;

3º) O parlamentarismo não pode ser a forma do governo "proletário" no período de transição da ditadura da burguesia à ditadura do proletariado. No momento mais grave da luta de classes, quando ela se transforma em guerra civil, o proletariado deve construir, inevitavelmente, sua própria organização governamental, considerada como uma organização *de combate* na qual os representantes das antigas classes dominantes não serão admitidos; toda ficção de *vontade popular* é, no decorrer desta fase, nociva ao proletariado; este não tem necessidade da separação parlamentar dos poderes, que só poderá ser-lhe nefasta; a República dos Sovietes é a forma da ditadura do proletariado;

4º) Os Parlamentos burgueses, constituindo uma dos principais aparelhos da máquina governamental da burguesia, não podem mais ser conquistados pelo proletariado, assim como o Estado burguês em geral. A tarefa do proletariado consiste em mandar para os ares a máquina governamental da burguesia, destruí-la, e com ela as instituições parlamentares, sejam elas das Repúblicas ou das monarquias constitucionais;

5º) O mesmo vale para as instituições municipais ou comunais da burguesia, às quais é teoricamente falso opor os órgãos governamentais. Na verdade, elas também fazem parte do mecanismo governamental da burguesia: elas devem ser destruídas pelo proletariado revolucionário e substituídas pelos Sovietes de deputados operários;

6º) O comunismo se recusa a ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; ele se recusa a ver nele a forma da ditadura de classe do proletariado; ele nega a possibilidade da conquista duradoura dos Parlamentos; ele tem como objetivo a *abolição* do parlamentarismo. *Ele só pode colocar a questão da utilização das instituições governamentais*

tendo em vista sua destruição. É nesse sentido, e unicamente nesse sentido, que a questão pode ser colocada;”

\*\*\*

**Lenin, V.I. “O Estado e a revolução”, 1918**

### **“3. Supressão do parlamento**

(...)

Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas.

Entretanto, se se põe a questão do Estado, se se encara o parlamentarismo como uma das instituições do Estado, como sair do parlamentarismo, do ponto de vista da ação do proletariado nesse domínio, e como dispensá-lo?

Devemos repeti-lo ainda uma vez: os ensinamentos de Marx baseados no estudo da Comuna acham-se tão bem esquecidos que o social-democrata contemporâneo (leia-se: o renegado contemporâneo do socialismo) é incapaz de conceber outra crítica do parlamentarismo que não seja a crítica anarquista ou reacionária.

O meio de sair do parlamentarismo não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembléias representativas em assembléias capazes de "trabalhar" verdadeiramente. A Comuna devia ser uma assembléia, "não parlamentar, mas trabalhadora", ao mesmo tempo legislativa e executiva.

Uma assembléia "não parlamentar, mas trabalhadora", escutem bem, seus "totós" parlamentares da social-democracia moderna! Reparem em qualquer país de parlamentarismo, desde a América à Suíça, desde a França à Noruega, etc.: a verdadeira tarefa "governamental" é feita por detrás dos bastidores, e são os ministérios, as secretarias, os Estados-Maiores que a fazem. Nos parlamentos, só se faz tagarelar, com o único intuito de enganar a "plebe". Tanto isso é verdade que, mesmo na república burguesa democrática, todos esses pecados do parlamentarismo já se fazem sentir, antes mesmo que a república tenha conseguido criar um verdadeiro parlamento.”

\*\*\*

## 7. ELEIÇÕES

Engels, F. *“Prefacio de As lutas de classes na França de 1848 a 1850”*, 1895

“O sufrágio universal existia em França há já muito tempo, mas tinha-se desacreditado devido ao emprego abusivo que o governo bonapartista fizera dele. Depois da Comuna não havia partido operário que o utilizasse. Também em Espanha ele existia desde a República, mas em Espanha a abstenção fora sempre a regra de todos os partidos sérios da oposição. Também na Suíça as experiências com o sufrágio universal não eram de modo algum encorajadoras para um partido operário. Os operários revolucionários dos países latinos tinham-se habituado a ver no sufrágio universal uma ratoeira, um instrumento de logro utilizado pelo governo. Na Alemanha, porém, as coisas eram diferentes. Já o Manifesto Comunista tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante, e Lassalle<sup>29</sup> retomara este ponto.

Quando Bismarck se viu obrigado a introduzir o direito de voto como único meio de interessar as massas populares pelos seus planos, os nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram August Bebel para o primeiro Reichstag<sup>30</sup> Constituinte. E, desde esse dia, têm utilizado o direito de voto de um modo que lhes tem sido útil de mil maneiras e servido de modelo aos operários de todos os países. Para utilizar as palavras do programa marxista francês, transformaram o direito de voto, de “moyen de duperie qu'il a été jusquici, en instrument d'émancipation” (de um meio de logro que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação). E se o sufrágio universal não tivesse oferecido qualquer outro ganho além de nos permitir, de três em três anos, contar quantos somos; de,

---

<sup>29</sup> Lassalle, Ferdinand (1825- 1864): brilhante orador, dirigente da socialdemocracia. Segundo Marx, Lassalle prestou uma grande contribuição ao movimento operário alemão ao fundar a Associação Geral dos Operários Alemães, em 1863.

Amigo de Marx, em 1845 havia aderido à Liga dos Justos (depois Liga dos Comunistas). No entanto, distanciou-se ideologicamente de Marx ao propor o estabelecimento de cooperativas que, impulsionadas e subsidiadas pelo Estado, constituiriam a base de uma nova sociedade. Essas associações e o sufrágio universal eram os principais objetivos programáticos de Lassalle, constituindo-se a base de seu reformismo.

A divergência com Marx se aprofundou ao tratar da posição frente ao governo prussiano. Da mesma forma que Marx, entendia que a unificação da Alemanha era progressiva. No entanto, essa compreensão terminou levando-o a apoiar o governo de Bismarck, primeiro ministro prussiano.

<sup>30</sup> Reichstag: instituição do Sacro Império Romano-Germânico e parlamento da Alemanha em diversos períodos de sua história. Ao longo da existência do Sacro Império Romano-Germânico, o Reichstag não foi um parlamento no sentido moderno da palavra.

Após a implosão do Sacro-Império em 1806, o termo passou então a ser empregado para designar o parlamento da Constituição de Frankfurt (1849), que não chegou a entrar em vigor, o parlamento da Confederação da Alemanha do Norte (1867 a 1871), e, finalmente, a do Império Alemão, a partir da unificação. Em todos os casos, tratava-se de uma casa legislativa eleita pelo povo, embora com variados graus de autoridade.

pelo aumento do número de votos inesperadamente rápido e regularmente constatado, aumentar em igual medida a certeza da vitória dos operários e o pavor dos seus adversários, tornando-se assim no nosso melhor meio de propaganda; a de nos informar com precisão sobre as nossas próprias forças assim como sobre as de todos os partidos adversários e, desse modo, nos fornecer uma medida sem paralelo para as proporções da nossa ação e nos podermos precaver contra a timidez e a temeridade inoportunas; se fosse esta a única vantagem do sufrágio universal isso já era mais que suficiente.

Mas têm muitas outras. Na agitação da campanha eleitoral, forneceu-nos um meio ímpar de entrarmos em contacto com as massas populares onde elas ainda se encontram distantes de nós e de obrigar todos os partidos a defender perante todo o povo as suas concepções e ações face aos nossos ataques; além disso, abriu aos nossos representantes uma tribuna no Reichstag, de onde podiam dirigir-se aos seus adversários no Parlamento e às massas fora dele com uma autoridade e uma liberdade totalmente diferentes das que se tem na imprensa e nos comícios. De que serviu ao governo e à burguesia a sua lei anti-socialista, se a agitação durante a campanha eleitoral e os discursos socialistas no Reichstag nela abriam brechas continuamente?

Com esta utilização vitoriosa do sufrágio universal entrara em ação um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. Assim, participou-se nas eleições para as Dietas provinciais, para os conselhos municipais, para os tribunais de artesãos, disputou-se à burguesia cada lugar quando para o preencher se fazia ouvir uma parte suficiente do proletariado.”

\*\*\*

**Lenin, V.I. “O Estado e a revolução”, 1917**

“É preciso notar ainda, que Engels definiu o sufrágio universal de uma forma categórica: um instrumento de dominação da burguesia. O sufrágio universal, diz ele, considerando, manifestamente, a longa experiência da social-democracia alemã, é o indício da maturidade da classe operária. Nunca mais pode dar e nunca dará nada no Estado atual.

Os democratas pequeno-burgueses, do gênero dos nossos socialistas-revolucionários e mencheviques, e os seus irmãos, os social-patriotas e oportunistas da Europa ocidental, esperam, precisamente, "mais alguma coisa" do sufrágio universal. Partilham e fazem o povo partilhar da falsa concepção de que o sufrágio universal, "no Estado atual", é capaz de manifestar verdadeiramente e impor a vontade da maioria dos trabalhadores.”

\*\*\*

**LENIN, V.I. “A revolução proletária e o renegado kautsky”, 1918**

**Pode haver igualdade entre o explorado e o explorador?**

Kautsky raciocina da seguinte maneira:

1) *“Os exploradores constituíram sempre apenas uma pequena minoria da população”* (p. 14 do livro de Kautsky).

Isto é uma verdade indiscutível. Como devemos raciocinar a partir desta verdade? Podemos raciocinar como marxistas, como socialistas; então teremos de tomar por base a relação entre explorados e exploradores. Podemos raciocinar como liberais, como democratas burgueses; então teremos de tomar por base a relação entre maioria e minoria.

Se raciocinarmos como marxistas, teremos que dizer: os exploradores transformam inevitavelmente o Estado (e trata-se da democracia, isto é, de uma das formas do Estado) em instrumento de domínio da sua classe, da classe dos exploradores sobre os explorados. Por isso, também o Estado democrático, enquanto houver exploradores que dominem sobre uma maioria de explorados, será inevitavelmente uma democracia para os exploradores. O Estado dos explorados deve distinguir-se radicalmente desse Estado, deve ser a democracia para os explorados e a *repressão* dos exploradores e a repressão duma classe significa a desigualdade dessa classe, a sua exclusão da “democracia”.

Se raciocinarmos como liberais, teremos que dizer: a maioria decide, a minoria submete-se. Os insubmissos são castigados. E nada mais. É inútil falar sobre o caráter de classe do Estado em geral ou sobre a “democracia pura” em particular; isso nada tem a ver com a questão, porque a maioria é a maioria e a minoria é a minoria. Uma libra de carne é uma libra de carne, e basta.

Kautsky raciocina precisamente assim:

2) *“Que motivos há para que a dominação do proletariado tome e tenha de tomar uma forma que é incompatível com a democracia?”* (p. 21).

*Segue-se a explicação de porque é que o proletariado tem pelo seu lado a maioria, explicação muito circunstanciada e muito palavrosa, e com uma citação de Marx e com números de votos na Comuna de Paris. Conclusão:*

*“Um regime tão fortemente enraizado nas massas não tem o menor motivo para atentar contra a democracia. Nem sempre poderá evitar a violência nos casos em que a violência for empregue para reprimir a democracia. A violência só se pode responder com a violência. Mas um regime que sabe que tem as massas com ele só usará a violência para defender a democracia, e não para suprimi-la. Cometeria um verdadeiro suicídio se quisesse suprimir a sua base mais segura, o sufrágio universal, fonte profunda duma poderosa autoridade moral”* (p. 22).

Como se vê, a relação entre explorados e exploradores desapareceu da argumentação de Kautsky. Não resta mais do que a maioria em geral, a minoria em geral, a democracia em geral, a “democracia pura” que já conhecemos.

\*\*\*

**Trotsky, Leon.** “*A revolução traída*”, 1936

### **“Soviets e democracia**

No plano político, a nova Constituição difere da antiga pelo retorno – do sistema eleitoral soviético, fundado sobre os agrupamentos de classe e de produção – para o sistema da democracia burguesa, baseado no que se chama o "sufrágio universal, igual e direto" da população atomizada. Trata-se, em resumo, da liquidação jurídica da ditadura do proletariado.”

\*\*\*

**Mandel, Ernest,** “*Teoria Marxista do Estado*”, 1977

### **“O Estado burguês, aspecto da realidade diária**

Por meio da luta empreendida pelo movimento operário, certas instituições do Estado burguês tornaram-se mais sutis e mais complexas.

O sufrágio só de proprietários foi substituído pelo sufrágio universal, o serviço militar tornou-se obrigatório; todos deviam pagar impostos. O caráter de classe do Estado tornou-se então menos transparente. A natureza do Estado como instrumento do domínio de classe passou a ser menos evidente do que no tempo em que reinava a burguesia clássica, quando as relações entre os diferentes grupos no exercício de funções do Estado eram tão transparentes como na época feudal.

A análise do Estado moderno terá de ser, portanto, um pouco mais complexa; estabelecemos primeiramente a hierarquia entre as diferentes funções do Estado: Hoje só os mais ingênuos acreditam que o *parlamento governa de fato*, que é senhor do Estado, baseado no sufrágio universal. (Esta ilusão, contudo, está muito espalhada nos países onde o Parlamento é uma instituição criada há pouco).

O *poder de Estado é permanente* e é exercido por certo número de instituições isoladas e independentes dessa tão mutável e instável influência como é a do sufrágio universal. São estas instituições que devemos analisar se quisermos saber onde reside o verdadeiro poder: "Governos aparecem e governos desaparecem, mas a polícia e os administradores permanecem".

O Estado é, acima de tudo, um conjunto de instituições permanentes: o exército (efetivo e de reserva), a polícia geral, a polícia especial, a polícia secreta, os altos administradores nos departamentos governamentais (os serventuários-chave dos serviços, os corpos de segurança

nacional, os juízes etc.) - todos os que estão livres da influência do sufrágio universal.

*Este poder executivo é constantemente reforçado.* À medida que aparece o sufrágio universal e se vai desenvolvendo certa democratização, aliás, completamente formal, de determinadas instituições representativas, verifica-se que o poder efetivo e real desloca-se dessas instituições para outras que estão cada vez mais afastadas da influência do Parlamento.

Se o rei e os seus funcionários perdem uma série de direitos em favor do Parlamento durante a fase ascendente do parlamentarismo (que principia na obtenção do sufrágio universal), o Parlamento perde uma série contínua de direitos que revertem para as administrações do Estado, permanentes e inamovíveis. É o fenômeno geral na Europa Ocidental. A atual Quinta República Francesa é presentemente o exemplo mais chocante e completo deste fenômeno.

Deveremos considerar esta viragem, esta inversão, como conspiração diabólica contra o sufrágio universal, feita pelos capitalistas?

Estamos em presença de uma realidade objetiva mais profunda: os poderes reais são transferidos do legislativo para o executivo; o poder do executivo é reforçado de maneira permanente e contínua, como resultado de mudanças que também se dão dentro da própria classe capitalista. Este processo começou nos tempos da Primeira Guerra Mundial na maioria dos países beligerantes e desde então tem continuado ininterruptamente.

Mas este fenômeno existiu muitas vezes antes desse tempo. Assim, no Império Alemão, esta prioridade do executivo sobre o legislativo apareceu ao mesmo tempo em que o sufrágio universal. Bismark e os Junkers<sup>31</sup> concederam o sufrágio universal para empregarem a classe operária, até certo ponto, como alavanca contra a burguesia capitalista assegurando deste modo (naquela sociedade já essencialmente capitalista) a relativa independência do poder executivo exercido pela nobreza prussiana.

Este processo mostra perfeitamente que a igualdade política é mais aparente do que real e que o direito do cidadão ao voto não passa de um mero direito de meter um pedacinho de papel na caixa da assembleia de votos, de tantos em tantos anos. O direito não vai mais longe, nem (sobretudo) alcança os centros reais onde se tomam as decisões e se exerce o poder.”

\*\*\*

---

<sup>31</sup> Junkers: membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães anteriores e durante o II Reich.

## 8. DEMOCRACIA OPERÁRIA E DEMOCRACIA SOVIÉTICA

Lenin, V.I. “A revolução proletária e o renegado Kautsky”, 1918

“A “democracia pura” é uma frase mentirosa de liberal que procura enganar os operários. A história conhece a democracia burguesa, que vem substituir o feudalismo, e a democracia proletária, que vem substituir a burguesa. (...)”

A democracia proletária, de que o Poder Soviético é uma das formas, desenvolveu e alargou como nunca no mundo a democracia precisamente para a gigantesca maioria da população, para os explorados e os trabalhadores. Escrever todo um livro sobre a democracia, como fez Kautsky, falando em duas paginazinhas de ditadura e em dezenas de páginas de “democracia pura” e *não notar* isto é deturpar por completo as coisas como um liberal.

(...)

Tomemos a estrutura do Estado. Kautsky agarra-se às “ninharias”, mesmo ao fato de que as eleições são “indiretas” (na Constituição soviética), mas não vê o fundo do problema. Não nota a essência de classe do aparelho de Estado, da máquina de Estado.

Na democracia burguesa, servindo-se de mil estratagemas - tanto mais engenhosos e eficazes quanto mais desenvolvida está a democracia “pura” -, os capitalistas *afastam* as massas da administração, da liberdade de reunião e de imprensa, etc. O Poder Soviético é o *primeiro* no mundo (falando rigorosamente, o segundo, porque a Comuna de Paris começou a fazer o mesmo) que *chama* as massas, precisamente as massas *exploradas*, à administração.

Mil barreiras *fecham* às massas trabalhadoras a participação no parlamento burguês (que *nunca resolve* as questões mais importantes na democracia burguesa: estas são resolvidas pela Bolsa e pelos bancos), e os operários sabem e sentem, vêem e percebem perfeitamente que o parlamento burguês é uma instituição *alheia*, *um instrumento de opressão* dos proletários pela burguesia, uma instituição de uma classe hostil, da minoria exploradora.

Os Sovietes são a organização direta das próprias massas trabalhadoras e exploradas, às quais *facilita* a possibilidade de organizarem elas próprias o Estado e de o administrarem de todas as maneiras possíveis. Precisamente a vanguarda dos trabalhadores e dos explorados, o proletariado das cidades, tem neste sentido a vantagem de ser o mais unido pelas grandes empresas; para ele é mais fácil que a quaisquer outros eleger e controlar os eleitos.

A organização soviética *facilita* automaticamente a unificação de todos os trabalhadores e explorados em torno da sua vanguarda, o proletariado. O velho aparelho burguês - o funcionalismo, os privilégios da riqueza, da instrução burguesa, das relações, etc. (estes privilégios de fato são tanto mais variados quanto mais desenvolvida está a democracia burguesa) - tudo isso desaparece com a organização soviética.

A liberdade de imprensa deixa de ser uma hipocrisia, pois se expropriam à burguesia as tipografias e o papel. O mesmo acontece com os melhores edifícios, os palácios, palacetes, casas senhoriais, etc. O Poder Soviético retirou imediatamente aos exploradores milhares e milhares destes melhores edifícios, tornando assim *um milhão de vezes* mais “democrático” o

direito de reunião para as massas, esse direito de reunião sem o qual a democracia é um engano.

As eleições indiretas dos Sovietes nos locais facilitam os congressos dos Sovietes, tornam *todo* o aparelho mais barato, mais ágil, mais acessível aos operários e aos camponeses num período em que a vida ferve e é necessário poder atuar com especial rapidez para revogar o seu deputado local ou enviá-lo ao Congresso Geral dos Sovietes.

A democracia proletária é *um milhão de vezes* mais democrática que qualquer democracia burguesa. O Poder Soviético é um milhão de vezes mais democrático que a mais democrática república burguesa.

(...)

Seria ridículo supor que o senhor Kautsky encontre em qualquer país um em mil operários ou assalariados agrícolas informados que duvidasse da resposta a esta pergunta. Instintivamente, ouvindo fragmentos de admissões da verdade através dos jornais burgueses, os operários de todo o mundo simpatizam com a República Soviética porque vêem nela a democracia *proletária, a democracia para os pobres*, e não uma democracia para os ricos, como na realidade é toda a democracia burguesa, mesmo a melhor.

(...)

Mas na Rússia quebramos completamente o aparelho burocrático, não deixamos dele pedra sobre pedra, afastamos todos os velhos juizes, dissolvemos o parlamento burguês e demos precisamente aos operários e aos camponeses uma representação *muito mais acessível, os seus* Sovietes substituíram os funcionários, ou os *seus* Sovietes foram colocados acima dos funcionários, *os seus* Sovietes tornaram eletivos os juizes. Este simples fato basta para que todas as classes oprimidas reconheçam que o Poder Soviético, isto é, esta forma da ditadura do proletariado, é um milhão de vezes mais democrática que a mais democrática república burguesa.

Kautsky não compreende esta verdade, compreensível e evidente para qualquer operário, porque “esqueceu”, “desacostumou-se” de colocar a questão: democracia *para que classe?* Ele raciocina do ponto de vista da democracia «pura» (isto é, sem classes? ou acima das classes?). Argumenta como Shylock “uma libra de carne” e nada mais. Igualdade de todos os cidadãos - senão não há democracia.”

\*\*\*

## 9. SOBRE O FIM DA ERA DEMOCRACIA BURGUESA

**Trotsky, Leon.** “*Em defesa do marxismo*”, 1940

“No entanto, se se admite que a guerra atual provocará não a revolução, mas um declínio do proletariado, então resta outra alternativa: a maior decadência do capitalismo monopolista, sua maior fusão com o Estado e a substituição da democracia, ali onde ela ainda existia, por um regime totalitário.”

\*\*\*

**Trotsky, León.** *“Manifiesto de la IV Internacional sobre la guerra imperialista y la revolución proletaria mundial”*, mayo de 1940

“Naturalmente hay diferencias entre los distintos regímenes políticos de la sociedad burguesa, así como en un tren hay vagones más cómodos que otros. Pero cuando todo el tren se está precipitando en un abismo, la diferencia entre la democracia decadente y el fascismo asesino desaparece ante el colapso de todo el sistema capitalista.

Los triunfos y bestialidades de Hitler provocan naturalmente el odio exasperado de los obreros de todo el mundo. Pero entre este odio legítimo de los obreros y la ayuda a sus enemigos más débiles pero no menos reaccionarios hay una gran distancia. El triunfo de los imperialistas de Gran Bretaña y Francia no sería menos terrible para la suerte de la humanidad que el de Hitler y Mussolini. No se puede salvar la democracia burguesa.”

\*\*\*

**Trotsky, León.** *“Sólo la revolución puede terminar con la guerra”*, Socialist Appeal, 4 de abril de 1939.

“Pregunta: ¿Representa Hitler un gran peligro para las democracias?

Respuesta: Las propias “democracias” representan un peligro mucho mayor para ellas mismas. El régimen de la democracia burguesa surgió sobre la base del capitalismo liberal, es decir de la libre competencia. Esa época hace mucho que pasó. El actual capitalismo monopolista, que descompuso y degradó a la pequeña y a la mediana burguesía, socavó de la misma manera las bases de la democracia burguesa. El fascismo es el producto de este proceso. No viene en absoluto “de afuera”; en Italia y Alemania se impuso sin intervención extranjera. La democracia burguesa está muerta no sólo en Europa sino también en Norteamérica.

Si no resulta liquidado a tiempo por la revolución socialista, el fascismo se impondrá inevitablemente en Francia, Inglaterra y Estados Unidos, con o sin la ayuda de Mussolini y de Hitler.

\*\*\*

**Novack, George.** *“Democracia y Revolución”*, 1977

“El fin de la era de la democracia burguesa

Alarmado por la conducta de la Casa Blanca en la guerra de Vietnam, Fulbright, Presidente del Comité de Relaciones Exteriores del Senado, advertía en 1969 que los EE.UU.

“habían recorrido y a un gran camino hacia convertirse en una dictadura electiva.” Observaba que el sistema constitucional estaba siendo erosionado en todas las democracias parlamentadas occidentales a medida que la centralización del poder por el ejecutivo se incrementaba continuamente. Un estudio de su comité publicado el 16 de abril de 1969 señalaba que el presidente de los EE.UU., “ejerce ahora algo que se aproxima a un poder absoluto sobre la vida o la muerte de todos los americanos; sin hablar siquiera de las de millones de otra gente en todo el mundo”. Advertía que en consecuencia el pueblo americano se veía amenazado con “la tiranía o el desastre”.

Los grandes negociantes se sienten cada vez más obstaculizados a la hora de llevar adelante sus asuntos dentro de los límites de la democracia parlamentaria y tratan por todos los medios de saltar por encima de sus restricciones o deshacerse de ellas. Este curso implica la reducción de los derechos democráticos del pueblo y, en última instancia, la eliminación completa de las instituciones parlamentarias.

La alta burguesía, una pequeña y superprivilegiada minoría, hemos visto que pocas veces gobierna en su propio nombre. Tiene que recurrir a esta o aquella forma de gobierno indirecto en el que su dominación real es disfrazada y desempeñada por organismos intermediarios. La democracia parlamentaria, basada en el mandato de los ciudadanos, periódicamente renovada o revisada mediante elecciones nacionales, es uno de tales medios. Cuando este tipo de gobierno no puede garantizar por más tiempo su hegemonía y propiedades, los capitalistas tiran por la borda las normas de la democracia constitucional y se lanzan hacia las formas de gobierno más autoritarias.

El orden democrático pelagra cuando los partidos reformistas se hunden en dificultades desesperadas, se muestran manifiestamente impotentes para hacer frente a los problemas más urgentes y parecen llevar a la nación al desastre. La extrema agitación de las masas impide que los parlamentarios mitiguen los choques entre clases a medida que el país se encamina hacia una situación de guerra civil.

El torbellino social incita a cada una de las clases a encontrar una vía política nueva para defender su bienestar y salvarse. La actividad política nacional sufre una reorientación radical. Las fuerzas contendientes tienden a sobrepasar los cauces parlamentarios regulares, que cada vez juegan un papel menor y más auxiliar. El eje de la lucha de clases pasa a las calles, las barriadas, las fábricas y talleres, donde se afirma a si misma de una manera violenta y sin disfraz.

El rompimiento del equilibrio de las clases sobre el que descansa el régimen parlamentario trae como consecuencia una situación pre-revolucionaria en que la cuestión del poder es presentada agudamente. Cada sector de la sociedad aglutina los recursos y moviliza las fuerzas de que disponga para resolver esta importantísima cuestión a su favor. La pequeña burguesía no puede jugar un papel independiente. Puede o buscar algún salvador demagógico al servicio del capitalismo que el rescate de la ruina o tratar de encontrar una salida en la dirección que le ofrece la clase obrera.

Cuando el Parlamento no puede regular ya por más tiempo las relaciones de clase, el inmediato destino político de la nación tiene que ser decidido por medios y métodos extra-constitucionales de carácter revolucionario o contrarrevolucionario. O la clase obrera insurgente tira hacia adelante con sus aliados hasta derrocar el poder y la propiedad capitalistas e implantar una democracia obrera o, también en interés de su autopreservación,

los capitalistas las arreglarán de una forma u otra para hacer encallar la democracia e instaurar en su lugar su dictadura.

El golpe de la junta de los coroneles en Grecia en 1967 ha sido la última muestra de supresión de la democracia constitucional por una dictadura militar en “el mundo libre”. Se calcula que hoy día los gobiernos tipo junta sobrepasan en número a aquellos en que funciona algún tipo de democracia electiva.

Esta alternativa básica es la que se ha planteado a un capitalismo democrático tras otro de toda Europa Occidental desde que Mussolini tomo el poder en 1922. A causa de sus errores, las direcciones social-reformistas, estalinistas y anarquistas de la clase obrera han terminado invariablemente perpetuando la supremacía de la clase capitalista. Tales situaciones se siguen dando todavía, como en mayo de 1958 y, luego otra vez, en mayo-junio de 1968, en Francia.

Hay un significado profundo en estas caídas periódicas de la democracia parlamentaria. Significan que históricamente el reinado de la democracia burguesa ha pasado su cénit. Así como el poder de la monarquía absoluta encontró su final conforme subía la burguesía, el ascenso de la clase obrera, con el desafío que representa para la dominación capitalista, conlleva el declive de la democracia parlamentaria.

Este fue desde el principio un tipo de gobierno altamente contradictorio que combinaba la dominación socio-económica de los explotadores capitalistas con las formas y las apariencias de la representación popular. La contradicción pudo ser acallada en tanto las relaciones de clase permanecieron estabilizadas, pero siempre que los conflictos de clase se exacerban en la época imperialista, la elección básica se plantea más y más entre la victoria de la revolución proletaria o algún tipo de reacción capitalista.

Hay tres variantes reaccionarias: el bonapartismo, la dictadura militar y el fascismo. En tanto las tres implican el encallamiento del poder parlamentario, cada una de ellas descansa sobre una combinación diferente de fuerzas sociales y representan grados distintos de desplazamientos y destrucción de la democracia.”

\*\*\*

**Moreno, Nahuel.** *“Teses para atualização do Programa de Transição”*, 1980

“As palavras de ordem e as tarefas democráticas adquirem importância cada vez maior devido às tendências mais profundas, tanto do imperialismo e dos monopólios, como da burocracia. Todos eles têm uma tendência permanente aos Estados totalitários. É a única forma de frear o rumo permanentemente ascendente do movimento de massas. A influência estatal dos monopólios nos países capitalistas e imperialistas, assim como a identificação do Estado com a burocracia nos Estados operários burocratizados, leva ao totalitarismo.”

\*\*\*

## **10. MORENO E A “REAÇÃO DEMOCRÁTICA”**

**Nahuel, Moreno.** *“Tesis sobre la situación mundial”* (Proyecto del SI de la LIT, 20 de octubre de 1984)

“Desde la iniciación de la etapa revolucionaria que se abre con el mayo francés hasta ahora, hemos visto tres diferentes etapas del frente imperialista:

La primera fue la del enfrentamiento militar a la vanguardia de la revolución mundial, la guerrilla vietnamita. La cara interna de esta política fue el intento de Nixon de llegar hasta un gobierno bonapartista que se independizara del poder legislativo. Era la política del garrote y de la confrontación abierta. Pero la guerrilla y los trabajadores vietnamitas, y la oposición interna del pueblo norteamericano, frustraron los dos intentos de Nixon. El ejército yanqui es derrotado en Vietnam y Nixon tiene que renunciar, implicado en el escándalo del Watergate.

La segunda etapa de la política imperialista se caracteriza por la conciliación, las negociaciones, las aperturas democráticas en el país y fuera de él. Es el momento de los viajes de Carter y su esposa predicando los “derechos humanos” por medio mundo, impulsando conferencias contra el racismo sudafricano, haciendo campañas contra las dictaduras latinoamericanas, abriendo el diálogo con el MPLA angoleño y estrechando vínculos con los partidos socialdemócratas europeos. Es una política defensiva de un imperialismo que quedó “groggy” por la derrota en Vietnam y retrocede en estampida ante el movimiento de masas mundial y su propio pueblo. Es la que denominamos “contrarrevolución democrática”, de promover aperturas y regímenes de democracia formal, como canal de alivio de la presión revolucionaria de las masas. Lógicamente, una democracia imperial que, en los países atrasados, debía asegurar el dominio imperialista por medios diferentes a las dictaduras genocidas.

Los finales del gobierno de Carter preanuncian la tercera fase de la política imperialista. El imperialismo comienza su contraofensiva y sus preparativos para volver a utilizar el garrote. Los triunfos revolucionarios de Nicaragua e Irán aceleran el paso de una política a la otra. Ya Carter despliega dos iniciativas militares preparatorias del período Reagan: 1) la instalación de misiles en Europa para apuntar a la URSS, y 2) la organización de un ejército de despliegue rápido, que puede llegar a cualquier lugar del mundo donde sea necesario para sofocar un alza revolucionaria. El fracaso de la recuperación de los rehenes de Teherán es el primer frustrado intento de esta política. No se abandonan los métodos de contrarrevolución democrática de la primera etapa de Carter, sino que se combinan las concesiones al movimiento de masas (aperturas democráticas controladas, defensa de derechos humanos) con los métodos armados.

El gobierno Reagan entra a ejecutar la contraofensiva imperialista preparada por Carter. Se instalan los misiles en Europa y se termina de organizar el ejército de despliegue rápido. Se interviene en Grenada y el Líbano. Se atacan los aviones de Libia. Lo que caracteriza al gobierno de Reagan es haber llevado hasta sus últimas consecuencias y a escala mundial la táctica que se había empleado en Angola, de fabricar y apoyar guerrillas contrarrevolucionarias como las de UNITA, contra las guerrillas progresistas del MPLA o los gobiernos surgidos de la descolonización portuguesa en Mozambique y Angola. Esta táctica contrarrevolucionaria fue aplicada en toda su intensidad en Nicaragua con la organización de la “contra”. La guerrilla afgana ha terminado en manos de la CIA y el imperialismo yanqui. En Namibia y el Líbano utilizó directamente los ejércitos de sus gendarmes sudafricano e israelí.

La utilización del garrote por parte de Reagan en la contraofensiva no le ha hecho abandonar por el momento la vieja política de contrarrevolución democrática. El síndrome de Vietnam sigue pesando como para que el imperialismo yanqui se atreva, por el momento, a intervenir directamente en guerras nacionales. No es casual que los marines fuesen retirados del Líbano en cuanto tuvieron pérdidas y comenzó a cambiar la situación. Por eso sigue utilizando métodos indirectos: la ayuda militar, los expertos, la guerrilla contrarrevolucionaria.

Existe una relación directa entre los medios militares y la contrarrevolución democrática. Los primeros buscan la segunda. La presión militar busca la pacificación y la contrarrevolución democrática. Tanto en Angola como en Mozambique o el Líbano, Reagan ha tendido a los acuerdos. Lo mismo hoy día en el enfrentamiento Honduras-Nicaragua. Reagan utiliza la fuerza para convencer a las direcciones oportunistas de que tienen que pactar el freno, congelamiento y derrota de la revolución. El ascenso revolucionario es demasiado potente como para que Reagan se atreva a jugar todas sus cartas a los métodos violentos después de que les ha ido tan mal con ellos. No creemos en la idea generalizada, que propagan por el mundo, de que el plan de Reagan sea invadir primero donde existe una situación revolucionaria crítica. Esto será lo último que haga, cuando le fracasen sus intentos de pactar la contrarrevolución con las direcciones del movimiento de masas.”

\*\*\*

**Moreno, Nahuel.** *“Manifiesto de la Liga Internacional de los Trabajadores (Cuarta Internacional) - El frente por la ‘paz social’ y la ‘democracia’ ”*, 1985

“Este fracaso de la confrontación abierta política y militar [de Estados Unidos en Vietnã] como método para frenar la revolución, dio amplio cauce para otra política contrarrevolucionaria: intentar lo mismo a través del engaño y la traición; tratar de convencer a las masas de que debían dejar de luchar. Con una rapidez extraordinaria, al lado de los grandes jefes imperialistas Reagan, Thatcher, Mitterrand, Nakasone y Kohl, se constituyó un Estado Mayor paralelo dentro del frente de los explotadores y privilegiados. Una agobiante propaganda a favor de la “paz social” la “democracia” y contra la “violencia” inundó al mundo. Criticando al mismo tiempo la “dureza” de Reagan y la “violencia” de las masas en lucha, se proponía una política aparentemente “intermedia”, “neutral”: que cesaran los enfrentamientos, se depusieran las armas y reinaran la paz y las elecciones.

Alrededor de esta política se realinearon, en un “Frente por la paz social y la democracia” gruesos sectores del imperialismo - el Partido Demócrata yanqui, una franja del propio Partido Republicano y algunos gobiernos imperialistas europeos - sus socios menores, las burguesías de los países atrasados; los gobiernos burocráticos de los estados obreros - desde el Kremlin hasta Castro, pasando por Deng Xiaoping-, los partidos comunistas, toda la Segunda Internacional socialdemócrata, las burocracias sindicales, las iglesias encabezadas por el Papa y el Vaticano, casi toda la llamada “izquierda” y muchos comandantes guerrilleros, principalmente los sandinistas y los del FMLN salvadoreño.

Este “Frente por la paz social y la democracia” se ha convertido en el más péfido enemigo de los trabajadores y pobres del mundo, porque quiere usar contra ellos sus legítimos anhelos de paz y libertad. No hay obrero o pobre del mundo que no odie a Reagan y no tenga

plena conciencia de que es el enemigo; pero tampoco hay obrero o pobre del mundo que no quiera vivir en paz y en democracia. Apoyándose en estas justas aspiraciones, el “Frente por la paz social y la democracia” está logrando despertar esperanzas en su propuesta.

Este frente propone treguas donde los explotados van a la guerra civil contra los explotadores; concertaciones donde la clase obrera resiste con huelgas a la desocupación y los salarios de hambre; “aperturas democráticas” donde los pueblos están por derribar a un dictador; perdón y olvido para los que torturaron y asesinaron al servicio del capital, donde las masas ya han liquidado las dictaduras y quieren tomar la justicia en sus manos; desarme de los guerrilleros para que se organicen en partidos “civilizados” que no amenacen el poder de los capitalistas. El “Frente por la paz social y la democracia” propone acuerdos y pactos de todo tipo, pero según un contrato único: que los explotadores sigan explotando y que los, explotados sufran “en paz”.

\*\*\*

**Moreno, Nahuel.** *“As Revoluções do século XX”*, 1984

### **“Contra-revolução e reação**

O processo oposto à revolução é a contra-revolução. O oposto da reforma é a reação. Contra-revolução e reação também se produzem nos três campos: econômico-social, político-social e político. Para a contra-revolução e a reação, também se aplica a lei de que são termos relativos. Pode haver uma contra-revolução política, no regime, que em relação à sociedade e ao estado não seja uma contra-revolução, mas sim uma reação. Por exemplo: o stalinismo faz uma contra-revolução política: destrói o regime de Outubro e implanta um regime contra-revolucionário. Muda inclusive o tipo de estado: de estado operário a estado operário burocratizado. Mas, em relação ao caráter do estado, não é uma contra-revolução: não se restaura a economia capitalista nem a burguesia toma o poder de volta; o estado continua sendo operário. A mudança do estado soviético, como produto da contra-revolução política stalinista, não é contra-revolucionária mas reacionária.

Uma reação no terreno econômico-social é, por exemplo, a política da burocracia chinesa de incentivar a propriedade privada das pequenas indústrias. Em relação aos setores industriais que forem privatizados, será uma contra-revolução, porque deixarão de ser propriedade estatal coletiva e passarão a ser propriedade privada. Mas em relação a estrutura global da sociedade e do estado chinês, é uma reação. Introduce elementos regressivos capitalistas numa sociedade não capitalista. Mas não é uma contra-revolução. Contra-revolução seria a restauração da propriedade privada sobre os recursos fundamentais da economia chinesa, porque aí mudaria abrupta e totalmente o caráter da sociedade e, com ela, do estado: voltaria a ser um estado burguês, capitalista.

Finalmente, também existe reação e contra-revolução em relação aos regimes do estado burguês. Se se passa a um regime fascista ou bonapartista, que esmaga o movimento operário

com métodos de guerra civil é uma contra-revolução. Exemplos: Pinochet<sup>32</sup>, Videla<sup>33</sup>, Hitler, Franco<sup>34</sup>, etc. (E contra-revolução em relação ao regime político, não ao estado, que continua sendo burguês e não retrocede ao feudalismo ou a outra sociedade mais regressiva. Em relação ao estado burguês, é uma reação.)

Se se passa de um regime democrático a um mais totalitário, repressivo, mas que não esmaga os trabalhadores com métodos de guerra civil, é uma reação, não uma contra-revolução. Exemplo: Onganía<sup>35</sup> derruba Illia<sup>36</sup> e instaura o estado de sítio, mas sob um e outro regime a Justiça funciona, e o estado de sítio é aplicado segundo a mesma Constituição.

Essa diferença entre contra-revolução e reação se manifesta também no terreno institucional. Tanto sob Illia como sob Onganía, a instituição fundamental, sobre a qual se apóia o regime político, são as Forças Armadas. Illia sobe ao poder através de eleições condicionadas pelos militares, que proscvem o partido majoritário, o peronismo. São essas mesmas Forças Armadas que levam Onganía ao poder. Trata-se de uma mudança reacionária de regime.

É bem diferente do golpe de Videla ou de Pinochet. Esse último aniquila o velho regime democrático burguês, com seu parlamento e seus partidos, que funcionava no Chile há dezenas de anos, e instaura um novo regime, diametralmente oposto ao anterior: sua instituição fundamental é o bonaparte Pinochet que se apóia nas Forças Armadas. Trata-se de uma contra-revolução.

Essas definições nos permitem corrigir um erro terminológico que cometemos muitas vezes: falar de “contra-revolução democrática”. Assim denominávamos os processos nos quais a burguesia tenta desviar e frear a revolução, iludindo as massas com o mecanismo da democracia-burguesa. É certo que seu objetivo é contra-revolucionário, mas não se trata de uma contra-revolução, justamente porque não muda radicalmente o regime. A burguesia tenta frear a revolução através de manobras, aproveitando as ilusões democráticas das massas, e eventualmente reprimindo-as, mas sempre dentro da legalidade democrático-burguesa. Ela não destrói o regime democrático-burguês, mas se apóia nele. Por isso não se

<sup>32</sup> Pinochet, Augusto (1915-2013): general do exército que governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar o golpe militar que derrubou do presidente eleito pelo partido socialista, Salvador Allende.

<sup>33</sup> Videla Redondo, Jorge Rafael (1925-2013): general que ocupou a presidência da Argentina entre 1976 e 1981. Chegou ao poder através do golpe de Estado que depôs a presidente María Estela Martínez de Perón (“Isabelita” Perón). Isabel havia assumido a presidência após a morte de seu marido, o presidente Juan Domingos Perón (1895-1974) que tinha vencido as eleições de 1973 com 62% dos votos contra Ricardo Balbín-Fernando de La Rúa.

<sup>34</sup> Franco Bahamonde, Francisco (1892-1975): General que encabeçou a ditadura fascista na Espanha de 1936 até sua morte em 1975.

<sup>35</sup> Onganía, Juan Carlos (1914-1995): militar que assumiu a presidência da Argentina depois de encabeçar o golpe de Estado de 1966. Em 1969, reprimiu duramente uma greve geral de operários e um ascenso estudantil, conhecido como “Cordobazo”. Foi deposto por um novo golpe de Estado comandado pelo general Alejandro Augustín Lanusse.

<sup>36</sup> Illía Francesconi, Arturo Umberto (1900-1983): presidente da Argentina entre 1963 e o golpe de estado de 28 de junho de 1966 que o derrubou. Integrou o partido da União Cívica Radical.

trata de uma contra-revolução. De agora em diante, chamaremos esse tipo de processo de “reação democrático-burguesa”.

\*\*\*

**Moreno, Nahuel.** *“A ditadura revolucionária do proletariado”*, 1979

E o Plano Carter é a política do imperialismo a serviço da restauração. Seus planos econômicos, político e militar se apóiam na demagógica campanha pelos direitos humanos que, ao coincidir no tempo com as afirmações democratistas do SU<sup>37</sup>, podem dar lugar a funestas confusões.

Esta propaganda democratista do imperialismo se assenta no justo movimento democrático que está acontecendo nos estados operários, como consequência do caráter totalitário e reacionário de seus atuais governos. Acreditamos que avançará ainda mais, até chegar a um ponto crítico no qual tratará de utilizar a inevitabilidade da revolução política e as mobilizações pela democracia nos estados operários, altamente progressivas, para desviá-las para uma política de livre comércio e de restauração capitalista.

A omissão do Plano Carter é um erro muito grave da resolução, ainda mais neste momento, quando os programas de ambos parecem ter pontos em comum, ainda que na realidade sejam diametralmente opostos. Deve sair imediatamente na defesa do nosso, atacando e denunciando o programa imperialista. Nenhum documento deveria deixar de fazê-lo.

---

<sup>37</sup> SU: Secretariado Unificado da Quarta Internacional foi a instância de direção internacional produto da reunificação ocorrida no Congresso Mundial de 1963 entre setores do Comitê Internacional da IV Internacional - como o SWP dos EUA - e o Secretariado Internacional da IV Internacional, dirigido por Ernest Mandel. Palavra Obrera, organização argentina dirigida por Nahuel Moreno, embora também fizesse parte do Comitê internacional, veio se incorporar ao SU um ano depois, em 1964.